



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0372/13	DATA: 23/04/2013
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 17h59min	DURAÇÃO: 02h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h40min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Prefeito do Município de Vitória do Xingu, Pará.
CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Superintendente Regional do Xingu da Polícia Civil do Estado do Pará.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados sobre o impacto das grandes obras no recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 26ª reunião a todos os membros desta Comissão, eu indago sobre a necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Peço dispensa, Presidente, da leitura da ata.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Peço dispensa da leitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura, a pedido da Deputada Keiko Ota e da Deputada Antônia Lúcia, a ata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-la, passemos à sua votação.

As Deputadas que concordam com o seu teor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A ata foi aprovada.

Antes de dar início à nossa audiência pública, eu gostaria de comunicar que o Deputado Arnaldo Jordy justificou sua ausência às reuniões da CPI ocorridas nos dias 3 e 9 de abril.

Também informo que o Deputado Otoniel Lima renunciou ao cargo de 3º Vice-Presidente.

Vamos à Ordem do Dia.

Item 1. Audiência pública com os participantes Erivando Oliveira Amaral, Prefeito do Município de Vitória do Xingu, no Pará, e o Delegado Cristiano Marcelo do Nascimento, Superintendente Regional do Xingu da Polícia Civil do Estado do Pará.

Esta audiência pública decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 106 e 107, de 2013, de autoria da Deputada Liliam Sá, Relatora desta Comissão, e do Requerimento nº 108, de 2013, de minha autoria.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Prefeito do Município de Vitória do Xingu, Erivando Oliveira Amaral, e o Delegado Cristiano Marcelo do Nascimento, Superintendente Regional do Xingu da Polícia Civil do Estado do Pará.



Chamo os nossos dois convidados e também a Relatora desta CPI, Deputada Liliam Sá, para se instalar à mesa e assim possamos dar início à nossa audiência pública.

Esta audiência pública vem no mesmo diapasão das outras, na perspectiva de investigar com mais profundidade o impacto das grandes obras no recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Já tivemos aqui a oportunidade de conversar com a conselheira tutelar, com a mãe de uma adolescente — a própria adolescente esteve aqui —, com os representantes do consórcio, com representantes das empreiteiras, com os bancos BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que financiam esses grandes empreendimentos, e também tivemos a oportunidade de conversar aqui com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, na perspectiva de traçarmos um diagnóstico com uma linha de investigação acerca de considerar-se como uma variável do recrudescimento da exploração sexual as grandes obras.

Vimos que as cidades duplicam, triplicam de tamanho e que você tem uma desconstrução e um impacto nas relações, nos vínculos afetivos. A cidade, ela absorve um número imenso de homens... De homens e mulheres, mas basicamente de homens.

Nós vimos aqui, com relação a Belo Monte, que a esmagadora maioria dos trabalhadores é do sexo masculino. Eles vêm sem nenhum vínculo e são jogados dentro de uma estrutura, apartados das suas relações familiares, das suas relações comunitárias. Obviamente isso tem um impacto.

Nós tivemos recentemente uma operação da Polícia Federal que descobriu um estabelecimento comercial — não sei se tinha alvará para funcionar como tal — que funcionava como um bar, ou um restaurante, parece-me, e ali havia atividades de profissionais do sexo, inclusive situações análogas à de Cáceres, com a participação inclusive de adolescentes, e a adolescente nós tivemos a oportunidade de aqui escutar. Ali nós vimos que essa adolescente foi aliciada no Sul do País, no Estado de Santa Catarina, sendo ela nascida no Estado do Rio Grande do Sul e moradora do Estado do Rio Grande do Sul. Mas estava em Santa Catarina. Passou 5 dias em uma van para poder chegar ao Pará, e ali foi aliciada de forma cruel e impositiva para a atividade profissional de sexo.



Nós tivemos também notícias ali que apontam que há inclusive diferenciação no oferecimento de meninas e de adolescentes de acordo com o nível e a renda dos clientes dos estabelecimentos. Também há uma profusão de estabelecimentos onde se realizam atividades de sexo depois da chegada dos canteiros de obras. Parece-me que havia um bordel naquela região, e depois da chegada do canteiro se espalharam sete bordeis nessas condições, o que a atuação da Polícia Federal desnudou para o conjunto do País.

E nós temos o objetivo, com a construção de um grupo de trabalho, com a participação dos financiadores, dos bancos que financiam as grandes obras, também do Governo Federal, de construir uma proposição de marco legal, para que nós possamos ter mais atenção e rigor nos Municípios e por parte do Estado na proteção de crianças e adolescentes.

Enfim, V.Sas. devem saber por que foram chamados por esta CPI, em função do que foi descoberto pela Polícia Federal. Nós precisamos elaborar e apurar o diagnóstico, na perspectiva de não ficarmos apenas no diagnóstico, mas de, a partir dele, buscarmos soluções e proposições na perspectiva da superação.

Nós vamos de início passar a palavra para os nossos convidados, para que possam fazer uma exposição inicial, de até 20 minutos. Em seguida, nós passamos para a Relatora e para os Parlamentares que quiserem fazer qualquer tipo de questionamento. A Relatora tem a prerrogativa de falar no momento em que achar conveniente, porque ela vai expressar em um parecer, em um relatório, tudo o que foi apreendido, discutido e acumulado nos trabalhos desta CPI.

Então eu passo a palavra para o Prefeito Erivando Oliveira Amaral, por até 20 minutos, para que ele possa discorrer, primeiro, sobre isso que aconteceu, sobre quais foram os impactos da instalação dos canteiros de obra, sobre a questão dos alvarás, de como foi possível você ter esse nível de funcionamento, ou seja, um estabelecimento comercial funcionando dentro... e estimulando o crime, porque exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e está acontecendo ali, sobre quais foram os mecanismos, se há mecanismo de fiscalização da Prefeitura, por que foi concedido esse alvará para esse estabelecimento, por que foi concedido um alvará para atividade que não era a atividade que o estabelecimento desenvolvia, enfim, e quais são as providências que a Prefeitura tem adotado ou pensa em adotar



na perspectiva de proteger as crianças e adolescentes, para uma situação de impacto no conjunto do Município, das suas relações comunitárias, e, obviamente, de maior vulnerabilidade ou de maior possibilidade de violação de direitos de crianças e adolescentes.

Então eu passo para o Sr. Erivando Oliveira Amaral, para que ele possa utilizar a palavra neste contexto, buscando responder às questões em princípio formuladas, para que nós possamos, a partir da sua exposição, passar para o delegado e daí passar para os Parlamentares.

V.Sa. tem prazo de 20 minutos.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Boa tarde a todos. Em nome da Presidenta, Deputada Erika Kokay, cumprimento todos os demais da Comissão.

É uma honra estar aqui. O Município de Vitória do Xingu é um pequeno Município, com uma obra da envergadura de Belo Monte. A maior obra do PAC está situada ali no Município de Vitória do Xingu.

Eu quero inclusive falar a todos que estão nos ouvindo que a obra, mais de 90%, é no Município de Vitória do Xingu. Geralmente, nas reuniões, as informações são de que a obra fica em Altamira, que a construção é em Altamira. No caso, fica mais de 90% no Município de Vitória do Xingu.

Falando como Prefeito de Vitória do Xingu aos Deputados e Deputadas, a toda a Comissão, desde já convido a Comissão a estar presente no nosso Município mais uma vez, na sede do Município de Vitória do Xingu, que fica a quase 100 quilômetros, a praticamente 100 quilômetros de distância do local onde aconteceu essa situação.

Quero dizer também à Presidenta, à Relatora, aos membros, que o Município tem, sim, tomado muitas providências, na pequenez em que o Município se encontra, na situação do Município de Vitória do Xingu, na sua condição. Nós temos trabalhado muito para que essas situações possam ser evitadas. Tanto é que eu até aguardei que me convocassem, que me notificassem para estar presente numa reunião que aconteceu na Câmara de Altamira — mas não fui convidado, ou notificado —, para que nós pudéssemos expor e mostrar na prática o que é o Município de Vitória do Xingu, as distâncias e as prevenções que o Município já vinha fazendo concernentemente a essas situações.



Por algumas vezes nos reunimos com o CMDCA de Altamira, Vitória do Xingu, com o Conselho Tutelar, com o Delegado do Município de Vitória do Xingu. Reuniões foram feitas, um trabalho foi feito. Uma situação aconteceu ao longo da Transamazônica, em torno de 48 quilômetros de Altamira e a 100 quilômetros da sede do Município de Vitória do Xingu. Nós conseguimos, Presidenta, impedir que esse fato acontecesse logo no início da obra.

As pessoas daquela região nós conhecemos, a maioria, mas, com a migração, pessoas vêm de outras hidrelétricas e aparecem no nosso Município, na nossa região, para montar as suas situações comerciais da forma que eles pensam.

Respondendo, em nenhum momento o Município de Vitória do Xingu, a Prefeitura de Vitória do Xingu autorizou construção de ambiente, autorizou alvará de licença, licença de... nenhuma licença, nenhum alvará para que acontecesse esse tipo de situação. Então, só respondendo a essa primeira pergunta.

Graças a Deus, sou evangélico, e uma das metas que tenho é trabalhar com integridade, mostrar, através do exemplo, o que é administração pública com qualidade, com responsabilidade e com esse cuidado.

Agora, numa obra dessa envergadura, onde mais de 20 mil homens estão instalados, eu vejo, sim, a ausência da questão Governo Federal, Governo Estadual. Porque a Prefeitura faz sua parte. A Prefeitura em nenhum momento concedeu alvará, concedeu licença para acontecer um fato desse tipo. Mas a Prefeitura não dispõe de carro suficiente, de policial suficiente para estar numa área onde só a DUP corresponde a 282 mil quilômetros, ou melhor, a 282 hectares de propriedade na área da DUP, uma obra de bastante espaço, onde fica difícil você ter conhecimento de tudo o que acontece naquela envergadura daquele Município, um Município com mais de 3 milhões de metros quadrados, e a obra pegando, a maioria, no Município de Vitória do Xingu, que dispõe hoje de apenas um carro para a Polícia Militar, ou melhor, para a Polícia Civil no Município, e um efetivo reduzido. Mesmo assim, o Município tem colocado à disposição viatura nova para o Conselho Tutelar, tem feito instruções, organizações com as Secretarias, para que esse tipo de coisa pudesse acontecer.

Com isso trabalhamos também no sistema preventivo, na área social, com entidades, com cooperação, assinando TAC com a Promotoria Regional, com o



EPACA, que é o Espaço Provisório da Criança e do Adolescente, que existe em Vitória do Xingu, dando apoio aos pais das crianças que estão impactadas ali, que passam por esse tipo de situação de abuso. Enfim, fizemos convênio com entidades, trabalhamos com as igrejas, independentemente de religião, para que essas situações possam ser evitadas em nosso Município.

Então, a nossa parte, Presidenta, o Município está fazendo. Mas não é fácil. Não é fácil porque essa é a maior obra do PAC, eu repito, muito grande, com muitos homens. No último sábado, passado, estivemos ali com uma equipe, eu mesmo e mais uma equipe, entregando DVDs cristocêntricos, DVDs de grande importância, para que as pessoas que estão trabalhando naquela obra possam estar com o pensamento voltado a Deus. Porque tudo isso que está acontecendo neste nosso País, neste nosso mundo, é falta de Deus. Então nós precisamos passar... Eu gostaria de ter passado toda essa situação na primeira reunião que aconteceu, lá em Altamira, mas não foi possível.

O Município coloca-se à disposição para colaborar com a Comissão, que está trabalhando. Mais uma vez eu parableno toda a Comissão, por estar atenta a um trabalho que é de grande valia. E podem contar, que o Prefeito de Vitória do Xingu é parceiro, para que se possa evitar esse tipo de coisa e chegar também aos culpados, se a finalidade é essa, para que nós possamos desempenhar um papel sério para que se evite esse tipo de situação.

Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Gostaria de fazer algumas perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra para a Relatora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de cumprimentar a todos nesta tarde: o Delegado Cristiano Marcelo do Nascimento, o Prefeito de Vitória do Xingu, Erivando Oliveira Amaral, todos os assessores que aqui estão e as pessoas que estão nos assistindo na *TV Câmara*. E peço desculpa à nossa Presidenta. Meu voo atrasou. Perdi o primeiro voo, aí tive que vir no outro, e foi uma correria. Desculpe pelo atraso.



Prefeito, o que me chama a atenção em tudo o que aconteceu nessa área... É o seu primeiro mandato? O senhor vai me responder algumas perguntas. Ou é segundo mandato? O senhor já foi Deputado? Já foi Vereador?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Já fui Vereador por dois mandatos em Vitória do Xingu.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E é o seu primeiro mandato de Prefeito?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu fui Vice-Prefeito na gestão anterior e concorri às eleições. É o primeiro mandato de Prefeito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantos mil habitantes tem Vitória do Xingu?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - O censo aplica 13 mil e poucos habitantes, mas hoje nós temos mais, em torno de 15 mil habitantes, fora aquele número enorme de pessoas que trabalham ali na obra, que estão nos canteiros no Município de Vitória do Xingu.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o orçamento da Prefeitura?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - O geral?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, o orçamento.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Hoje, com a aplicação do ISS que a obra vem há meses nos repassando, o orçamento hoje está em torno de 6 milhões, de 5 milhões, 6 milhões de reais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cinco milhões, seis milhões de reais.

O senhor tem Guarda Municipal lá no seu Estado?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - No Município?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, lá no seu Município.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Ainda não. Nós estamos com projeto de implantar neste mandato. Nós estamos no início do mandato...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então o senhor só conta com o efetivo da Polícia Militar?



O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - A Polícia Militar e um delegado e um escrivão da Polícia Civil.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, o senhor diz que não autorizou em nenhum momento licença ou alvará. Então essa boate, ela estava trabalhando clandestinamente?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E sem fiscalização nenhuma da parte da Prefeitura? O senhor não tem, assim, uma Secretaria que faça a fiscalização desses bares, desses restaurantes que estão trabalhando sem alvará? Porque o senhor pode lavar e fechar.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - A fiscalização existe, mas, como eu falei no início, o Município é muito amplo, e muitas empresas estão se alocando, se alojando, estão entrando ali naquele Município. A equipe existe. O nosso mandato começamos em 1º de janeiro, e estamos organizando as Secretarias. Estamos fazendo... Várias infrações. Empresas foram autuadas, estamos nesse trabalho. Como eu falava também, nós já conseguimos impedir que acontecesse uma situação dessa. Chegamos a fechar um estabelecimento na Transamazônica, mais ou menos no quilômetro 48, que é de propriedade do Seu Geraldo Frossard. Eu até gostaria que a Comissão fizesse uma visita até essa localidade. Mas nós não conseguimos. É uma situação que fica praticamente impossível de você lidar, principalmente porque está numa área da DUP, de utilidade pública, onde você tem as agrovilas, você tem um cuidado mais específico. Está praticamente dentro do canteiro da obra essa atividade que aconteceu, em áreas que foram inclusive desapropriadas, próximo a essas áreas desapropriadas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas ali, onde estava em funcionamento essa boate... O senhor só ficou sabendo que existia essa boate através de noticiários, não é?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Por ocasião do acontecido.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então quantas outras boates não deve haver ali sem alvará?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Pelo Município de Vitória do Xingu, nós...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Se o senhor não tem essa fiscalização, não tem esse controle, deve haver outras pessoas ali... Então está uma terra de João-ninguém, você pode entrar e abrir um negócio na hora que você quiser, abrir prostíbulos, fazer tudo o que puder, que não tem uma fiscalização?

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Por favor. Quero cumprimentar a nossa Presidenta, o Delegado, o Sr. Prefeito, Erivando, a nossa Relatora.

Quero fazer uma única pergunta para o senhor. Presidenta, é possível o Prefeito — vou chamar a assessoria — fazer esse depoimento sob juramento da verdade do que aqui vai ser dito?

Você pode ler?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas por que isso?

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Porque nós fizemos isso, Deputada Erika Kokay, na CPI do Tráfico de Pessoas e Combate à Exploração Sexual, e o nosso ouvido, ele foi... Ele veio aqui nos dar, na CPI do Tráfico de Pessoas, respostas vazias. E eu já percebi que as respostas que o Prefeito Erivando está nos fornecendo, na minha forma de entender, não condizem com a verdade. Primeiro, o senhor é Prefeito de um Município. O senhor está acompanhado do Superintendente Regional... Acredito que é o Secretário.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Do Superintendente Regional da Polícia Civil, e o senhor nos diz aqui que o senhor não sabe, entendeu? Então, que essa condição fosse dada — eu acredito que seja legítimo esse depoimento dele aqui —, como juramento da verdade, entendeu? Porque o senhor já iniciou com umas respostas muito vazias para o tamanho do que nós estamos aqui discutindo nesta audiência pública. Nós estamos falando de vulneráveis, entendeu?

Eu gostaria que a nossa Presidenta verificasse essa condição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós podemos até verificar, mas, assim, o depoente não está aqui na condição de testemunha. Ele foi convocado, mas não como testemunha.

Agora, o senhor sabe que o senhor é um homem que ocupa uma função pública. É Prefeito de um Município, foi eleito pelo povo daquela cidade, e tem



consequências, tem ônus se o senhor estiver aqui faltando com a verdade. Faltar com a verdade tem ônus, mormente para uma pessoa que exerce uma função pública.

O que está sendo questionado aqui é que, primeiro, o senhor disse que não tinha concedido alvará, que ninguém tinha concedido alvará para a instalação daquele estabelecimento. Então ele foi absolutamente clandestino. O senhor também disse que está funcionando praticamente dentro do canteiro de obras, o que é uma informação diferente. Eu não digo que esteja faltando com a verdade, mas é diferente dos mapas que foram apresentados aqui pelo pessoal da construtora e do consórcio também.

Então veja. O senhor disse: “*O bordel funcionava praticamente no canteiro de obras*”. Não corresponde com o mapa que foi apresentado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Tinha uma guarita para poder chegar até lá, não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora, o que causa estranheza é que, veja, o senhor disse: “*Não foi dado alvará*”. Então é absolutamente clandestino. E a incapacidade de fiscalização é da própria Prefeitura, o que faz com que tenha muita pertinência a colocação da Relatora de que, da mesma forma que o senhor não conhece lá, é possível que haja inúmeros estabelecimentos funcionando em situação de exploração sexual de criança e adolescente.

E a Prefeitura, veja, o que fez? O senhor fala várias vezes aqui: “*Nós fizemos a nossa parte*”. Além de distribuir CDs de Cristo para converter os operários, para que possam — o que, aliás, não é nem função do Estado, porque o Estado é laico, então o senhor rompe a laicidade do Estado ao fazer esse tipo de atitude... De qualquer forma, além de fazer isso no final de semana, e essa não é uma atividade do Estado, então o senhor não pode atribuir como grande atividade da Prefeitura tentar converter e aproximar os... Eu não tiro o mérito das Igrejas que fazem isso, mas elas o fazem como Igrejas. Qual é a função da Prefeitura? O senhor fala: “*Nós fizemos nossa parte*”. O que representa isso? Aí, quando o senhor diz: “*Inclusive entregamos um CD de Cristo para levar a Deus...*” Isso é função das Igrejas, que o fazem muito bem, e ainda bem que o fazem, ainda bem que o fazem. Não estou



aqui discordando da necessidade de fazer com que os operários dialoguem com Deus, mas isso é função das Igrejas, e o Estado tem laicidade.

O que eu gostaria de saber é o seguinte: o que a Prefeitura fez? E, depois de ter sido descoberta essa instituição, esse estabelecimento, quais foram as medidas tomadas? O senhor disse: *“Nós fornecemos uma viatura”*. Foi a Prefeitura que forneceu transporte para o Conselho Tutelar?

Então, objetivamente, o que significa *“a Prefeitura fez a sua parte, mas o Estado não fez e o Governo Federal não fez”*? O que a Prefeitura fez? E, além disso, o que fez depois de constatar essa gravidade? Houve uma solicitação, por exemplo, de reforço? Houve um contato...? Gostaria até de passar para o Delegado, para que ele pudesse também discorrer sobre isso. Houve uma solicitação de ajuda ao Estado, ao Governo Estadual, ao Governo Federal? Ou aquela situação se constatou, o senhor constatou a impossibilidade de fazê-lo e apenas ficou remoendo a sua própria impossibilidade? Então, assim, eu queria que o senhor mais claro acerca disso.

Mas, antes de o senhor responder, eu devolvo a palavra para a Relatora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tenho uma pergunta. O senhor falou que não tinha alvará, mas a Polícia disse que cassou os alvarás, falou para uma comissão de Deputados que estiveram lá. Eu até entendo que o senhor tomou posse agora e não deve estar muito por dentro das coisas. Eu sei que é o primeiro mandato, e você entrar numa Prefeitura, você tentar organizar a casa... Mas isso não faz com que o senhor não tenha a responsabilidade de conhecer, de saber que existem as Secretarias que fazem a fiscalização dos estabelecimentos, principalmente até por questão de higiene, e outras coisas mais.

Então eu gostaria de saber do senhor. Quando o senhor recebeu as obras da hidrelétrica de Belo Monte, que tipo de infraestrutura o senhor proporcionou para as pessoas naquele local? O senhor realizou algum tipo de campanha em relação ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? O que o senhor pensou depois disso? Quais foram as providências? Se o senhor não sabia antes, o que o senhor fez depois de tudo que aconteceu, qual foi a providência que o senhor tomou para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, essa questão da



falta de alvará para esses locais...? Que tipo de atitude o senhor tem tomado para mudar essa situação lá de Vitória do Xingu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes de o senhor responder, aproveitando para que possa responder a tudo junto... O senhor era Vice-Prefeito, então o senhor já estava na gestão do Município, não é? O senhor não estava como Prefeito, mas estava como Vice-Prefeito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E Vereador também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele foi Vereador duas vezes e estava como Vice-Prefeito, portanto já fazia parte da gestão do Executivo Municipal, como Vice-Prefeito.

Quando houve a instalação do canteiro, o senhor já era parte, já fazia parte da gestão, como Vice-Prefeito — corrija-me se eu estiver errada. Como é que se deu esse processo? O senhor foi procurado pelo consórcio? A Prefeitura foi procurada pelo consórcio? Foi feita uma discussão? Houve a elaboração de um plano de proteção dos direitos da pessoa humana, particularmente de crianças? Quando o senhor soube que Belo Monte iria se instalar ali, o senhor já fazia parte da gestão. Portanto, quais foram as providências da Prefeitura frente a esse fato? Porque o senhor disse que são 13 mil habitantes, hoje por volta de 15 mil, e 20 mil ou mais que isso são pessoas que chegaram. Então o Município duplicou o número de habitantes. Ao saber disso, que ali seria instalado o canteiro de Belo Monte, quais foram as providências tomadas pela Prefeitura para poder mitigar, ou para poder impedir que houvesse violação de direitos, particularmente de crianças e adolescentes, em função da chegada dos canteiros de obra?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - A primeira situação que nós fizemos como prevenção é que... No EIA/RIMA estava prevista a construção dos canteiros na sede do Município. Você imagine colocar mais de 10 mil homens dentro de uma pequena cidade. Olhe o impacto social que ia causar. Então foi feita toda uma, termos de cooperação com a empresa Norte Energia para que os canteiros ficassem lá mesmo, na área de utilidade pública, que era próxima à obra. Esse foi o primeiro sistema de prevenção que nós fizemos logo que assumimos este mandato, certo? Bem antes, quando eu era Vice-Prefeito.



A história de Vitória é muito longa. Talvez a Deputada esteja fazendo essas perguntas meio que duras, mas eu gosto que faça, porque a verdade cabe em todo lugar. Não estou aqui como testemunha, mas, se quiser colocar, Presidenta, pode colocar. Eu estou vivendo uma situação de pressão, mas vá lá, vão lá para ver como é que funcionam as coisas.

Então, na situação de Vice-Prefeito, no mandato anterior... O histórico é muito longo, muito amplo. Se eu for falar aqui, vai levar muito tempo, mas, se me permitem, eu falo. O nosso Município está saindo de uma situação difícilíssima. No mandato anterior eu era Vice-Prefeito. Fiquei isolado por muito tempo, atendendo apenas pequena parte ali, por estar totalmente fora de um processo de gestão. O ex-gestor foi preso. Assumimos ali numa correria maluca, onde todos os documentos da Prefeitura, inclusive as negociações da obra, o que não foi feito comigo... As situações do projeto Belo Monte foram feitas com o ex-Prefeito. Toda a documentação foi levada pela Polícia Federal, num trabalho bem feito da Polícia Federal, onde, graças a Deus, em nenhum momento aparece meu nome como estando por dentro de ações de corrupção naquele Município.

Assumi a responsabilidade. Fui votado no Município com mais de 60% dos votos, porque as pessoas confiam em mim, Presidenta — eu sou conhecido na região — e sabem do meu caráter, da minha responsabilidade. Em momento algum se deu cobertura a esses fatos que ocorressem.

Falando sobre a obra, sobre o manifesto que foi feito aqui, a documentação mostrada, que não faz parte, mas vamos analisar com carinho... Passa-se a vicinal do 27... De primeiro, toda a vicinal... Houve desapropriação de parte ou de todas as terras, para “enlarguecer” a vicinal. Foram desapropriados todos os moradores daquela vicinal: alguns, a propriedade completa; outros, parte da propriedade. Em direção em torno de 5 quilômetros, mais ou menos, de um lado antes desse ambiente e depois do ambiente continua a obra, continua a obra. E agora a responsabilidade querem jogar diretamente para a Prefeitura? Se há 22 mil homens trabalhando naquela localidade, será que as empresas não ouviam o que se passava de comentários ali?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que comentários?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Sobre o estabelecimento.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havia comentários, então?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Porque na Prefeitura, Presidenta, eu não ouvi esse comentário.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - O senhor ouviu onde esse comentário?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Depois da situação que aconteceu, por ocasião dessa denúncia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se a Prefeitura não conhecia os comentários, como é que o senhor pode dizer *“por que a empresa não conhecia”*? Agora, assim, o senhor podia ser objetivo. O que foi feito? Porque até agora o senhor falou de uma série de coisas, mas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E as empresas vieram e disseram que fizeram um trabalho antes... A gente gostaria de saber o que foi feito com o senhor, o que foi feito nesse trabalho com a Prefeitura de prevenção...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Hoje existe na Belo Monte a Casa do Migrante. Foi fundada, se não me engano, no dia 4 de março, inaugurada 4 de março deste ano. Na Casa do Migrante existem vários funcionários fazendo aquele tipo de abordagem, para verificar a entrada de pessoas no Município.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantos conselheiros tutelares tem o Município?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Nós temos, conselheiros tutelares, se não me engano cinco ou seis.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - O senhor chamou o Ministério Público, por exemplo? O senhor também acionou a Vara da Infância e da Juventude lá no Estado, para tomar conta?

O senhor diz que não tinha conhecimento, mas o senhor relatou aqui que antes o senhor foi eleito Vice-Prefeito, duas vezes Vereador, agora é o atual Prefeito. E o senhor não tomou nenhuma providência. O senhor nunca ouviu falar sobre isso? As crianças estão lá, e o senhor acha que estava indo tudo bem. Daí eu lhe pergunto: o senhor não acha que o senhor teve muitas oportunidades, como gestor público, como autoridade maior do Município, de tomar as providências? E quais são as providências que o senhor tomou depois que isso tudo veio à tona, o



senhor como Prefeito? O senhor fechou a boate porque a boate não tem alvará concedido pela Prefeitura que o senhor administra? O senhor fechou a boate?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está lacrada?

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - O senhor fechou a boate?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não tem. Está fechada. Desde que a polícia foi lá, já ficou lacrada. O Superintendente sabe disso. Nunca mais funcionou. As providências que nós tomamos foram essa inauguração da Casa do Migrante. O EPACA é um termo de ajuste de conduta que fizemos com os promotores lá de Altamira, para que dessem toda a cobertura às crianças e adolescentes lá no Município. Nas Secretarias foi aumentado o efetivo, com assistente social, com psicólogos, lá no Município, para que esses trabalhos possam ser preventivos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me entender, Sr. Erivando. O senhor não disse nenhuma medida que foi feita antes da instalação, ou, corrigindo, antes que a Polícia Federal tivesse descoberto esse estabelecimento criminoso. O senhor não falou nenhuma medida que foi tomada nesse sentido. O consórcio lá se instalou, não houve qualquer tipo de negociação, de discussão, enfim, com o próprio consórcio, acerca disso. A comunidade não foi chamada — pelo que o senhor não disse, é o que eu deduzo —, a comunidade não foi chamada para discutir, para dizer quais seriam suas prioridades. Não foi feito nenhum tipo de conscientização, não foi feito absolutamente nada — pelo que o senhor não disse — antes de a Polícia Federal descobrir esse estabelecimento. Depois que descobriu o estabelecimento, pelo que o senhor está dizendo, houve o reforço de... Eu queria saber de quantos assistentes sociais e aonde foram, ou quantos profissionais.

Segundo. O senhor disse que foi criada a Casa do Migrante, que me parece que é um controle sobre quem entra no Município. Então, todo mundo que vai entrar no Município tem que passar por isso. E o senhor falou de um termo de ajustamento de conduta que foi feito com o Ministério Público. Eu queria saber qual é o teor dele. Ou seja, o que o senhor disse: *“Reforçamos as estruturas de Estado”*. Se foi possível reforçar depois, provavelmente poderia ter sido reforçado antes, até porque...



Vamos chegar ao seguinte acordo. Você tem um Município de 13 mil pessoas. Recebe 20 mil homens! É impossível não imaginar... Um gestor, um gestor, ele tem que trabalhar na perspectiva de impedir que esse crescimento da população, dessa forma, sem vínculos, sem qualquer tipo de significação de sentimentos, com as subjetividades abaladas, eu diria, em função da retirada do seu próprio local... Deveria ter sido feita alguma coisa, mas não foi. Pelo que o senhor disse, não foi.

Então, eu queria que o senhor respondesse: o que é que significa exatamente o reforço de Secretarias. Que Secretarias, que profissionais e que estrutura houve para reforço das Secretarias que lidam com direitos de criança?

Segundo: qual é o teor do termo de ajustamento e conduta que foi feito?

E terceiro: o que é essa Casa do Migrante? Eu não tenho claro, não sei bem como funciona, não me ficou claro. As pessoas que chegam lá têm que passar por essa Casa do Migrante? Têm que ter um controle? É como se fosse um controle de quem está entrando? Foi decisão da própria Prefeitura fazer isso?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - É um projeto entre a empresa Norte Energia e a Prefeitura, para se ter um controle de quem vai para a obra, quem vai ficar trabalhando na obra Belo Monte, quem foi aventurar, quem está entrando, para ter um controle tanto o Município quanto a Norte Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todo mundo que entra no Município tem que passar por isso?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não é que tem que passar. Existe uma equipe de mais de 30 pessoas na Vila Belo Monte, que é entrada do Município, com psicólogo, com pedagogo, com assistente social, fazendo esse... para se ter um conhecimento amplo de quem entra, qual a finalidade... As pessoas estão ali fazendo perguntas, porque ali é a entrada do Município. Deve ter também na entrada de Altamira, que fica ao meio da hidrelétrica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso se dirige aos trabalhadores e trabalhadoras ou a qualquer pessoa? Se eu decidir chegar agora em Belo Monte, eu tenho que passar por essa Casa do Migrante?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não é que tem que passar pela Casa. A equipe estará ali, antenada, perguntando, fazendo pergunta para as pessoas: “*Está entrando em Vitória? Está de passagem?*” Uma série de perguntas



essa equipe faz, para começar a trabalhar. Sistema preventivo. É um projeto entre a Norte Energia e o Município, certo? E ali, as crianças que passam... De repente aparece uma criança. Já existe o EPACA, e o EPACA foi criado antes. A Deputada falou que ninguém tomou providências antes. O EPACA foi um termo de ajuste de conduta feito bem antes, onde existem várias crianças, com assistência de menores... Para os pais também tem aquela assistência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Assistência em quê? O senhor podia ser mais claro? Veja, essa Casa do Migrante, ela tem esse controle de todas as pessoas que chegam. Tem aquela equipe que vai abordar essas pessoas. E o que é feito com isso? — primeira coisa. Segunda coisa: quais são os itens que compõem o EPACA? O que significa exatamente? É proteger? Proteger com psicólogo? Enfim, eu não entendi. O que é objetivamente? O que faz parte do termo de ajustamento de conduta? Quais são os itens objetivos?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - EPACA é Espaço Provisório da Criança e do Adolescente. Quando as crianças têm aqueles problemas, os adolescentes, quando os pais abandonam, porque não querem... por terem tomado alguma atitude ilícita... Hoje mesmo nós temos uma criança de 13 anos que está lá e ganhou neném, é mamãe. E os pais não querem. O Município toma aquela providência de dar uma direção, de dar uma atenção tanto para o pai e para a mãe que não quis aceitar a criança, quanto com psicólogo, estudo, transporte escolar, para incentivar na escola, na educação, na alimentação. Tudo isso o Município faz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas crianças e adolescentes estão no EPACA hoje, sendo atendidos?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Hoje... Eu não vou responder com precisão porque muda direto. Varia, varia muito. Mas eu tenho certeza de que hoje, certeza absoluta, duas crianças, que foram, eu creio, violentadas, aconteceram situações difíceis. Tem duas crianças hoje lá no EPACA direto, há muito tempo. Agora, o período é de 3 dias, até que voltem para o lar, para a família. Por isso que o número é pouco, porque a intenção da equipe é fazer com o que o lar se restabeleça.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - É uma casa de passagem, não é?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - É uma casa de passagem.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o EPACA foi criado quando?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - O EPACA foi criado no ano passado ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Faz parte do termo de ajustamento de conduta? O que compõe o termo de ajustamento de conduta?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Faz parte, faz parte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o que mais compõe o termo de ajustamento de conduta?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Nós temos o termo de conduta com creches, para construção de creches...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E foram construídas quantas creches?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Estamos construindo. Existe uma situação lá... Por isso que eu digo que a historia vai longa. Porque os processos... Existe creche em construção. Toda a documentação a Polícia Federal levou do ex-gestor, e nós estamos reavendo tudo. É uma situação muito delicada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Termo de Ajustamento de Conduta foi firmado antes da instalação de Belo Monte?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Antes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi quando isso aí? O senhor lembra?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu não digo... Não vou dizer com certeza, mas eu creio que agosto, setembro, se não me engano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do ano passado?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Do ano passado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí ele compõe este Termo, o compromisso de creche. O que mais? O senhor trouxe esse Termo de Ajustamento de Conduta?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não, não trouxe o termo. Mas eu posso encaminhar para a Comissão todas as providências que nós tomamos, por escrito. Nós podemos mandar o quanto antes possível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não sabe o que foi feito? O senhor não sabe o que compõe esse Termo de Ajustamento de Conduta?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Diretamente é creche.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só creche?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - A criação de creche. Aí vem o EPACA, que é o que estou falando, que é esse espaço provisório para criança e adolescente; vem a Casa do Migrante, estabelecida na entrada do Município; e outros trabalhos sociais. Nós enquadramos também a ADRA, que é uma associação que lida diretamente com as crianças, nas escolas — as crianças grávidas —, e com os pais das crianças também.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - O senhor denuncia essas crianças grávidas para o Ministério Público, para a Vara da Infância e da Juventude? O senhor tem feito denúncia?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Toda a equipe da SEMUTS, ela está incumbida de fazer esse trabalho.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não, eu estou perguntando denúncias, porque isso é caso de pedofilia.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Mas já aconteceram vários casos, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sim, mas o senhor já denunciou?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Inclusive em Vitória, se puxar a história de Vitória sobre denúncias de pedofilia, é o que mais tem.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Está, mas o senhor já... A Prefeitura já tomou providências?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Sempre tomamos providências.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Foram denunciados...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Observe-se...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - ... esses casos em que meninas estão dando à luz, crianças estão dando à luz outras crianças?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Quantas pessoas foram denunciadas?



O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu não vou falar com precisão, Deputada. Eu não vou falar aqui. Isso é uma questão mais de controle de Secretariado.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Mas nós vamos solicitar essa informação.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Tudo bem. É uma questão de controle de Secretários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor poderia ter-se munido de mais informações para vir aqui.

Mas, de qualquer jeito, o senhor falava também que houve, depois da descoberta dessa casa pela Polícia Federal, um reforço de Secretarias. Quais foram as Secretarias que foram reforçadas e como foram reforçadas?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - A Secretaria... A SEMUTS, que é a Secretaria de Assistência Social. A Casa do Migrante está na SEMUTS, na ação social. E a Secretaria do Meio Ambiente, hoje, ela corresponde a toda a equipe para a situação de fiscalização ambiental. A Secretaria de Obras, hoje, tem toda a equipe que não tinha. Nenhum Município, naquela região, tinha um quadro de funcionários por completo. Hoje, as Secretarias de Vitória têm todos os profissionais que existem as exigências... Estão todos imbuídos para fiscalizar essas situações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Erivando, deixa eu lhe explicar. Nós estamos, aqui, na CPI que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes. A gente tem a maior preocupação com o meio ambiente, a gente tem a maior preocupação com a Secretaria de Obras, com toda a estrutura do Município, obviamente. Achamos que as políticas públicas são interligadas. Mas, assim, do ponto de vista de criança e adolescente, o senhor falava que houve o EPACA, não é isso? Que conta com que profissionais?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Psicólogo, pedagogo, assistente social...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um psicólogo, um pedagogo...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Assistente social.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um assistente social. É um profissional de cada uma dessas modalidades?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Sim. Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É uma casa de passagem, pelo que eu estou entendendo.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - É uma casa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Além disso, o senhor falou da Casa do Migrante, que é para ter um controle de quem está migrando. Supondo que ali se descubra que a pessoa está ali para se aventurar, o que é feito?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - É feito um relatório, entregue às Secretarias, entregue à Norte Energia, por ser uma empresa que está na parceria com o Município, e entregue à Justiça, caso preciso seja.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer: os recursos, tanto para a Casa do Migrante como para o EPACA, são oriundos do Orçamento da Prefeitura ou são recursos oriundos da Norte Energia?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Parte é um termo que nós temos com a Norte Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Norte Energia.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Norte Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Norte Energia está financiando a Casa do Migrante, financiando o EPACA, é isso? E ela está financiando isso porque esses termos estão no Termo de Ajustamento de Conduta, que foi feito entre a Prefeitura. Quem sugeriu isso?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi o Ministério Público? Foi a sociedade? Foi o Conselho Tutelar? Quem sugeriu essas medidas?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Essa é uma parceria da própria Norte Energia com o Município. Foi...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Mas quem sugeriu? Veja, a Norte Energia está...



O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Norte Energia e Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o senhor não está entendendo. Norte Energia e Prefeitura mantêm os serviços, mas a ideia de ter esses serviços, de dizer assim: "*Olha, Norte Energia, você vai ter que financiar esse, esse e esse serviço*". Quem foi que determinou que esses seriam os melhores serviços para poder proteger crianças e adolescentes do impacto de uma grande obra? Foi a comunidade discutindo, foi o Conselho Tutelar, foi a própria Prefeitura, foi a própria Norte Energia, foi o Ministério Público? Quem sugeriu?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Presidenta, faz parte das condicionantes do empreendimento com o Município. Então, são várias reuniões, e essa preocupação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Reuniões com quem?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Com a empresa Norte Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quem mais?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Entidades. Muitas reuniões com entidades se faz, com a Prefeitura, com o CMDCA, igual eu lhe falei no início, Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer... Deixa eu dizer onde eu quero chegar para ver se fica mais claro, Sr. Erivando. É o seguinte: o Município vai receber uma grande obra. Obviamente, o Município tem uma noção do que aquilo vai ter de impacto nas suas estruturas e nas suas relações, enfim. A partir daí, o Município deveria elaborar um plano de proteção de crianças e adolescentes, ou de direitos e tal, que me parece que não houve. Houve a sugestão de medidas pontuais, mas não houve um plano que envolvesse o conjunto do Estado. Mas, de toda sorte, é importante que seja pactuado com a própria comunidade, com as entidades de defesa de direitos, com o próprio Conselho Tutelar quais são as medidas necessárias.

Porque o que é que nós estamos vendo? As empresas, muitas vezes, querem não ter muitos problemas para se instalar e construir suas obras. E, nesse sentido, elas têm uma disponibilidade de oferta de recursos para poderem, enfim, se instalar naquele território.



Agora, o que é definido? Como é que se define o que é importante? Porque não houve o plano, pelo que eu soube. Ou me confirme: não tem planos de proteção de crianças ou de combate à exploração sexual no Município. Não existe esse plano.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Planos existem, Presidenta, tanto é que eu quero mandar, por escrito, para a Comissão, tantas reuniões que nós fizemos concernentes a esses planos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu não estou falando de planos. O senhor não está entendendo. Estou falando de plano; um plano que envolva o conjunto das políticas públicas, discutido coletivamente, pactuado e tal. O que penso que houve, que o senhor disse aqui — me corrija se eu estiver errada —, foram medidas que compuseram o teor de um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, onde a Prefeitura ou a Norte Energia se comprometeram a fazer casa de passagem, tipo EPACA, Casa do Migrante e reforço das Secretarias, independente de elas lidarem diretamente com crianças e adolescentes ou não. É isso?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Isso.

Só quero voltar a um assunto aqui que eu comentei, que a Presidenta relatou. Quando falo na questão do meio ambiente é porque as licenças começam desde a construção — licença ambiental, licença de obra — para chegar ao alvará. Não aconteceu uma sequer. O Município, para esse estabelecimento... Quantas licenças já foram dadas para as empresas, e não houve para essa. Então, eu estou querendo dizendo aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como assim não houve? A empresa se instalou sem nenhuma licença?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não tem nada. Como foi uma obra muito rápida, de madeira, uma construção muito rápida de madeira, tem pouco tempo que se tem esse estabelecimento ali, naquela localidade, longe da sede do Município, praticamente lá dentro do mato, numa vicinal.

Então, as demais... O preparo... O que estou querendo dizer para a Presidenta, para a Comissão, é que o preparo houve com os funcionários, desde fiscais de obras, fiscais ambientais, assistência social...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funcionários da Prefeitura?



O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - No geral, para cobrar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funcionários públicos ou funcionários...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Da Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da Prefeitura.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Da Prefeitura. Para reforçar e, se tiver de conceder, conceder licenças corretas.

Mas eu quero deixar claro que não houve...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Espere aí. A Prefeitura, então, fez cursos de capacitação dos funcionários?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Sim, tudo. Curso de capacitação para todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Curso de capacitação para todos os funcionários?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Todos os funcionários das Secretarias com preparo para trabalhar em relação... Tanto é que não houve licença nem alvará para esse estabelecimento.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - E é essa empresa que não tem licença nem alvará que está lhe ajudando nessas duas medidas que o senhor tomou?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não entendi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está dizendo que não houve licença para instalação do consórcio?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Para esse estabelecimento de prostíbulo. Isso nunca houve por parte da Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não está falando da empresa. Da forma que o senhor falou, tínhamos tido o entendimento de que a empresa, a Norte Energia... Não. Essa, não. Essa está com o alvará, está com licença e tal.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Isso. Presidenta, o que eu quis dizer é que, se você vai construir uma casa, você precisa de uma licença. Em



nenhum momento o Município permitiu licença para construção nem na área de desmatamento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está falando do estabelecimento que foi lacrado?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Do estabelecimento que foi lacrado. Nenhuma licença aconteceu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar para a Relatora, Deputada Lilian, e aos demais Deputados. Depois eu passaria para o representante da Superintendência Regional.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu pedi à nossa assessoria para pegar da Taquigrafia o que foi falado pela Conselheira Tutelar Lucenilda Lima, quando esteve aqui. Algumas falas dela eu marquei.

Ela diz assim: *“E, chegando ao Conselho Tutelar, ele informou que teria encontrado uma adolescente no topo de uma ladeira próximo ao sítio Pimentel, uma parte da obra do empreendimento de Belo Monte, e entregou a adolescente ao Conselho Tutelar”.*

“Elas teriam vindo em uma van.” Quer dizer, não há fiscalização de vans que entram e saem do Município, sem se saber por que estão entrando e saindo.

“Foi levada por 2 homens a um restaurante, a meu ver, que é um restaurante de fachada, que fica às margens da Rodovia Transamazônica, propriedade também do Sr. Adão.” “Chegando a esse restaurante, eles pernoveram e, pela manhã, o Sr. Adão levou, juntamente com o seu filho, todas elas, na sua caminhonete, lá para a boate. Essa boate fica no quilômetro 27 da Rodovia Transamazônica. Fica depois da entrada do quilômetro 27, num travessão, quase 40 quilômetros dentro. Ocorre que, no momento em que nós fomos acionados e foi deflagrada a operação da Polícia Civil, Militar e Polícia Rodoviária Federal, para poder ter acesso a essa boate...”

Ela diz assim: *“Nós estávamos só com 3 viaturas.”* Ela diz assim: *“... foram retiradas as outras que estavam na boate, porque lá há uma boate”* — ao lado já tinha uma outra boate; ao lado —, *“do lado já estava sendo concretizada uma, e outra em início de construção. E, por exemplo, ele pagava pelo alvará, e prestei atenção a isso também, ele tirou cópia desse alvará, e já estava fixada na outra boate...”*



Quer dizer, o senhor disse que não emitiu alvará. Então, quem está dando esse alvará em nome da Prefeitura de Vitória do Xingu, Sr. Prefeito?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu tenho certeza...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixe-me terminar.

“Todas disseram que, no momento que nós chegamos, Sr. Adão estava lá, tirando dinheiro do caixa...”, certo de que ele estaria fora e que não aconteceria nada com ele. Aí está lá assim. Aí nós vamos para cá: *“O próprio delegado, quando eu cheguei à Delegacia, que não foi o delegado que presidiu a operação, um deles olhou para mim e falou: ‘Não, mas eu estive lá um dia desses, falei com essa moça, e essa moça não falou nada’.”* E ali funcionava tudo normalmente.

Então, o que eu quero dizer para o senhor é que as declarações que eu tenho aqui — depois eu vou fazer para o delegado, porque cabe à polícia investigar, porque esses bandidos respondem a inquéritos...

Eu gostaria de saber do senhor: não tem fiscalização. Se ele tinha cópia desse alvará, do outro estabelecimento que já estava ao lado para ser aberto, então o senhor está sendo enganado nessa situação aí. O senhor tem que fazer, então, uma CPI dentro da própria Prefeitura para saber quem está vendendo esses alvarás.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Deputada Lilian...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é uma coisa muito grave — deixe-me terminar, por favor —, é uma coisa muito grave, que precisa ser investigada, porque ela, aqui, nesse depoimento, ela fala de compra de alvarás. Ela cita até pessoas. Ela fala que se tem até medo naquele lugar, porque as pessoas são intimidadas. Ali é tudo à base da bala.

Então, o senhor não pode se eximir da responsabilidade. Se existirem outros estabelecimentos, o senhor vai ter que passar essas informações para a CPI. Nós queremos saber o que está acontecendo. Quantos alvarás foram expedidos pela Prefeitura nos últimos meses, nos últimos anos e nos meses em que o senhor está lá, e se é para bar e restaurante, porque isso aí é uma camuflagem. Eles abrem bar e restaurante para fazer prostíbulos.

Então, eu quero saber do senhor, nesse sentido, porque tem uma denúncia muito grave contra a Prefeitura no sentido dessas vendas de alvarás. Isso é falsidade! Então, nós queremos uma resposta e queremos do senhor, também, que



o senhor tome uma posição, para dizer para esta CPI, para passar para esta CPI essa documentação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Então, usava como fachada uma lanchonete para a escravidão sexual. Foram jogadas naquele lugar. E havia alvará expedido pela Prefeitura.

Eu gostaria de pedir também que esta CPI pudesse trazer uma cópia, porque dizem que existe uma cópia desse alvará que foi expedido pela Prefeitura.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Relatora, pela ordem. Eu quero saber qual é o nome dessa senhora que deu essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É a Lucenilda Lima. Ela é Conselheira Tutelar.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu quero propor a esta CPI uma acareação — vamos fazer um requerimento — entre a Conselheira Tutelar e o Prefeito Erivando acerca dessa declaração feita pela Conselheira.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas nós precisamos da cópia dos documentos primeiro, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Vamos trazer.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Senão, nós não vamos poder ter provas nesse sentido de que exista esse alvará, realmente. Então, como... Nós vamos pedir isso para a polícia, vamos pedir para a Conselheira Tutelar, porque a Conselheira Tutelar, ela afirma que existiu cópia; que a cópia já estava lá. Entendeu? Aqui se fala do Ministério Público, da Procuradoria do Ministério Público Federal, pedindo informações. Ela diz ter feito um relatório. E nós queremos as cópias dessas documentações.

Pode responder, Sr. Prefeito.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Relatora, Deputada Liliam, eu tenho certeza absoluta: desse estabelecimento onde aconteceu esse fato não existe alvará.

Eu preciso... É até boa essa acareação. Eu faço questão que aconteça, porque não existe. Esse estabelecimento não tem alvará e nenhuma licença de Prefeitura. Pode ter certeza disso aí.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, também, isso aí não exime o senhor da culpa, não. Porque, se não tem alvará, está trabalhando clandestinamente. E cadê a Secretaria? Cadê a fiscalização, Sr. Prefeito? Precisa ter fiscalização. Não se pode fazer vista grossa, passar e saber que existe um prostíbulo, já que ali existia uma guarita, todas as pessoas passavam por ali. É impossível que o senhor não soubesse que ali existia uma boate, principalmente que essa boate...

Diz até aqui — eu vou fazer para o delegado — que essas pessoas faziam sexo... Tem até vídeo; tem até vídeo mostrando que existia sexo com menores ali. Então... Isso aí não compete ao senhor. Eu vou fazer para o delegado, para a polícia, e vamos pedir investigação. Isso não exime o senhor da culpa. Então, se o senhor não...

A Prefeitura tem que ter o órgão fiscalizador. O senhor tem que dar uma dura em todos os estabelecimentos abertos, para saber se tem alvará vencido. O senhor tem que saber se esses alvarás, realmente, que são tirados como bar e lanchonete estão funcionando como bar e lanchonete ou se é para fachada, para funcionar prostíbulo.

Então, o senhor não pode chegar aqui numa CPI e dizer que não deu o alvará e ficar por isso mesmo. O senhor não deu alvará, mas eles estão funcionando clandestinamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Pode responder, Prefeito.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Deputada Relatora Liliam, essa guarita que existe não é guarita municipal. É uma guarita do Consórcio Belo Monte.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o piso é o quê? O solo é o quê?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - O controle, Relatora...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O solo é o quê?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - ... de todo aquele ambiente, aquele estabelecimento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O solo é municipal, não é? Onde passam todos os carros ali, e, de repente, vão passar também carros da Prefeitura



ali, não é? Passa todo mundo por ali! E por que não é feito com essas vans também? A fiscalização em cima das vans? Falta fiscalização, Sr. Prefeito!

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Na Transamazônica, Relatora, logo na travessia da balsa, existe essa equipe do migrante trabalhando essas situações.

Esse lado onde foi construído esse prostíbulo é dentro de uma vicinal. A própria Conselheira Tutelar falou em 40 quilômetros, mas não são 40 quilômetros; são menos. Mas fica dentro da vicinal, depois de uma guarita de controle da empresa. Logo após, tem outras guaritas. Hoje, até para um funcionário da Prefeitura entrar naquele estabelecimento, tem toda uma burocracia.

Eu não estou aqui querendo culpar ninguém, mas eu quero deixar claro que aqueles estabelecimentos, todas as obras — porque apareciam novas obras ali —, ao Município dava-se a entender que eram obras, inclusive, da empresa. Tanto é que as outras situações...

Eu citei aqui e até agora ninguém me fez uma pergunta sobre como foi fechado o início de um prostíbulo que ia acontecer na Transamazônica. Eu citei aqui que acabamos com uma situação dessa e ninguém me perguntou.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor acabou o quê? O senhor acabou, não.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Na Transamazônica...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Hã.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - ... houve uma construção, que hoje está lá para qualquer um ir lá e ver, no quilômetro 48. O dono da propriedade foi lá e ficou irritado comigo porque eu não concedi licença para eles. E diziam ser um restaurante. Mas, por ser uma obra próxima à DUP, a Prefeitura não concedeu licença. E depois, muito tempo depois, descobrimos que aquele estabelecimento seria um prostíbulo.

Então, a Prefeitura fez, sim. Eu não vou dizer que nós andamos milimetrados, metro a metro, no Município, porque isso é impossível. O Município está começando agora uma gestão nova, montando todas as Secretarias, ajeitando, organizando. Mas uma coisa eu quero deixar claro, Presidenta, Secretários, Relatores, membros: que o Município está fazendo a sua parte. Está fazendo a sua parte, e não houve alvará nem licença para aquele estabelecimento.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Para terminar aqui, o Arnaldo Jordy é o Deputado que esteve lá, e ele é Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas.

Está conosco, Deputado, o Prefeito de Vitória do Xingu, e ele está dizendo que, na questão do alvará — existiam aqueles alvarás até para outro estabelecimento que estava para ser aberto —, o alvará já estava na porta e ele disse que não concedeu.

Então, é uma coisa muito grave, porque, se ele não concedeu, tem alguém vendendo alvarás em nome da Prefeitura. O senhor deve procurar o apoio da Polícia, do Ministério Público, Prefeito. Nós vamos fazer também uma queixa ao Ministério Público, para que possa investigar essa compra de alvarás.

E eu gostaria de saber se o Presidente, que tem essa prerrogativa, como Presidente da CPI, quer fazer alguma colocação, ou se S.Exa. já ouviu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Boa tarde a todos e a todas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só quero acrescentar que o Deputado também é membro titular desta Comissão, a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Boa tarde a todos. Cumprimento a Presidente da nossa audiência pública, a Deputada Liliam, o Prefeito Erivando, o Delegado Cristiano do Nascimento.

Olhem, eu vou ser breve porque já falei muito sobre esse assunto. Já fizemos uma audiência pública lá em Altamira, o Delegado Cristiano e a equipe da Polícia Civil estiveram lá, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Câmara de Vereadores de Altamira e a de Vitória do Xingu, entidades da sociedade civil, movimentos de mulheres também estiveram lá. Enfim, acho que a representação da sociedade, com mais de 35 entidades e instituições, esteve presente na audiência que a CPI promoveu lá em Vitória do Xingu.

E o que nós assistimos lá são os efeitos colaterais da tragédia anunciada. Isso estava literalmente previsto. Não só isto, com todas as mazelas que ocorrem, para além do tráfico de mulheres a que se assistiu lá, caracterizadamente. Isso é unânime na Comissão.



Essa Comissão foi composta por mim, Presidente da CPI; pelo Deputado Cláudio Puty, que é do PT do Pará e ex-Presidente da CPI do Trabalho Escravo, que já foi concluída; e pelo Deputado José Augusto Maia, do PTB de Pernambuco.

Então, Deputada Keiko Ota, Deputada Liliam, o que nós vimos lá é surreal. Como disse o Prefeito, a guarita é da empresa. Nós estávamos em uma camionete na Polícia Federal, com dois agentes da Polícia Federal, três Deputados Federais da Comissão, e tivemos que parar na guarita para receber autorização do funcionário da CCBM, do complexo Belo Monte para poder chegar a essa boate.

Essa boate fica instalada... Houve uma certa polêmica no início, mas nós esclarecemos na audiência pública feita aqui, com a presença do representante do Complexo Belo Monte. Essa boate fica instalada dentro dos 5 mil hectares que foram desapropriados para fins de interesse público, para o funcionamento do Complexo Hidrelétrico Belo Monte. Não é dentro; ela fica no meio da área dos 5 mil hectares! Nós trouxemos o mapa. Demonstramos isso aqui no mapa. Porque a área que foi desapropriada para fins de interesse da hidrelétrica nem toda ela está ocupada ainda, mas essa área onde fica a boate, no Xingu, fica exatamente no meio dessa área, desses 5 mil hectares que estão previstos na resolução normativa que foi objeto dessa desapropriação.

Quer dizer, não é possível que aquilo estivesse acontecendo à revelia do conhecimento — ou da desconfiança, pelo menos — do empreendimento. Impossível! Impossível!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas eles chegam aqui, como chegaram... Eles colocam uns a culpa nos outros.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, veja bem, já se está reclamando dessas providências das condicionantes há muito tempo. Nós já vimos esse filme na Amazônia e no Pará há 30 anos, com Tucuruí. É a mesma coisa! Até hoje o MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens luta por cesta básica e *kit* antimalária, 30 anos depois. E nós estamos vendo esse cenário, esse filme se repetir de novo.

O Ministério Público Federal já protocolou 17 ações para tentar contornar, acautelar uma região que tem 100 mil habitantes e, de repente, em 7 meses, 8 meses recebe 40 mil pessoas, 80% das quais são homens, vindos de todo lugar,



desesperados atrás de um trabalho. Algo que deveria acontecer em 15 anos, 20 anos acontece em 7 meses, 8 meses!

O que nós estamos assistindo lá não é só ao tráfico de mulheres e de crianças — porque tinha uma menor de 15 anos; ela fazia 16 anos no dia do episódio, e foi quem denunciou. Aí alguém diz assim: *“Ah, mas algumas delas sabiam que iriam para a prostituição.”* Claro que sabiam! Claro que sabiam! O dono dessa boate, o Sr. Adão, já foi expulso de Jirau, de Rondônia, pela mesma prática. A sua boate foi fechada, e ele, preso em Rondônia, antes de chegar a Altamira. É um especialista em prostituição, em cubículos de prostituição em áreas de barragem. Já veio de Santa Catarina com a mesma prática! E ninguém tomou informações para saber quem era! Dentro da área do complexo da empresa!

Isso é uma intervenção feita única e exclusivamente... Isso é uma deformação... Eu queria denunciar isso aqui, também, porque isso é um pano de fundo. Isso é uma intervenção indevida desse pacto federativo criminoso que nós temos no Brasil. No Estado do Pará, o Município de Altamira, que é o maior Município do Brasil em extensão territorial, o Município de Vitória do Xingu... Eu não quero aqui retirar, nem colocar dor na figura do Prefeito, mas isso é a ponta frágil dessa cadeia. Eu não poderia dizer a mesma coisa do Prefeito anterior, o antecessor do nosso Erivando. O antecessor era pedófilo, inclusive. Tem processos por práticas de pedofilia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele era o vice.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele era o vice e era contra. Ficou isolado do Prefeito titular porque se manifestava contra e chegou a denunciar ao Ministério Público algumas vezes essa prática. Ele e uma Vereadora heroica que tinha lá, na época, em Vitória do Xingu, que foi perseguida inclusive por membros do Ministério Público, por conta das denúncias que fizeram contra ela e uma Conselheira Tutelar que acabou se afastando do Município, ameaçada. A história lá é longa.

Então, veja bem, nesse episódio o Município não tem nenhuma capacidade de intervenção, pelo menos para exigir as condicionantes. Como o Governo do Estado, e eu falo do Pará — isso serve para todas as outras 26 Unidades da Federação... A União... E eu não estou falando deste Governo, por favor, para não



virem aqui dizer que é um discurso de oposição. Não é nada disso. Falo deste e de qualquer outro Governo do passado. As intervenções da União nos Estados e na Amazônia, com enclaves, se dão à revelia do ente federativo Estado. O Estado não tem o poder de dizer: *“Não, espere aí. Nós não liberamos essa licença aqui porque a gente acha que tem que ter mais escola, mais polícia, mais Ministério Público, mais assistente social, mais unidade de saúde para poder atender a esse fluxo migratório gigantesco, criminoso, em torno do progresso, do desenvolvimento, da bonança, do eldorado, da geração de empregos.”* Isso tudo é uma ilusão.

O que está acontecendo lá na região? Custo de vida explosivo, mendicância, todos os indicadores de violência cresceram. Todos! Da violência doméstica contra a mulher e crianças a lesões corporais e homicídios, todos cresceram. E cresceram na ordem de 200%, 50%. Aqui está o nosso Delegado, que depois pode fornecer esses dados com mais precisão. Tráfico de drogas; mendicância; índios no meio da rua, coisa que não se via há algum tempo em Altamira; garotos à noite bebendo nos botecos... Isso tudo, em nome do desenvolvimento.

Então, isso já foi anunciado. Era previsto que isso iria acontecer. O que o Estado — quando eu digo “Estado” é o poder público, a União e todos aqueles que representam — deveria fazer? Prevenir, com as medidas cautelares, com as medidas preventivas, com as medidas necessárias, para, pelo menos, aliviar, reduzir esses impactos colaterais negativos, que não vão parar, infelizmente, enquanto a gente não conseguir sensibilizar os órgãos do Governo.

Na audiência que nós tivemos com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nós relatamos isso para ele claramente. Fomos levar o relatório da nossa ida ao Ministro José Eduardo Cardozo, porque é preciso que essas medidas possam ser iniciadas urgentemente, porque, senão, cenas como essa e outras vão se reproduzir, porque o Estado se torna impotente, prostrado diante...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Deputado...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Até agora não, mas eu sou esperançoso, sou otimista. Espero que a gente possa cobrar para poder obter essa situação.

Para os senhores terem uma ideia, na nossa CPI tem todas as fotos que nós tiramos. Nós fomos acompanhados pela imprensa; o Ministério Público acompanhou



toda a visita. Portanto, aqui não tem uma vírgula além do que o texto exige. Nós estamos aqui. O relatório do que nós vimos foi assinado por mim; pelo Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará; e pelo Deputado José Augusto Maia. Os quartos da boate eram cubículos com grade, um estrado e um colchão em cima, sem janela, com fechaduras só pelo lado de fora. As meninas...

O Adão, que é o proprietário, foi ouvido pela CPI. Acho que ainda está preso no Estado do Pará. Nós o ouvimos. Ele confessou que o pagamento era feito para a boate, não era feito para as clientes. Tudo aquilo que caracteriza o aprisionamento, tudo aquilo que caracteriza a condição vulnerável e cada vez mais dependente dessas mulheres, diante do dono da empreitada, está caracterizado no que nós vimos, assistimos e ouvimos nesse episódio na região de Altamira e na região de Vitória do Xingu.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - A Relatora tem alguma pergunta para encaminhar ao Prefeito?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só que a Deputada Antônia perguntou se o Prefeito Erivando já tinha feito alguma denúncia ao Ministério Público, se o senhor tem trabalhado com o Conselho Tutelar, com a Vara da Infância e da Juventude. Como vocês fazem lá o trabalho? Vocês se reúnem com o Conselho de Direitos? Existe o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente? O senhor faz reuniões periódicas? Que tipo de providência — também é o que eu perguntei e o senhor não me respondeu — o senhor tomou depois desse episódio em Vitória do Xingu?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Já fizemos reunião, Deputada Relatora, com o CMDCA, sim. No Conselho Tutelar, houve nova eleição há poucos dias. É um novo Conselho. Inclusive, numa última reunião que nós fizemos, eu pedi a presença do Delegado do Município de Vitória do Xingu que atuou, que é o Dr. Lindoval. Ele estava presente. Então, houve essas reuniões do Conselho Tutelar.

O Ministério Público atua lá, a Defensoria Pública atua lá no Município. Tem um dia que eles atendem. E essas reuniões existem, sim, periodicamente, ali no Município de Vitória do Xingu, principalmente com o Delegado e o Conselho Tutelar.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o senhor, saindo daqui, que medidas vai tomar em relação a esses alvarás e à documentação que nós pedimos na CPI para o senhor?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Vou procurar mandar o quanto antes possível toda essa documentação, para que possa ajudar a CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

Alguém mais quer perguntar alguma coisa?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Prefeito, eu tenho uma pergunta a fazer, apesar de que acho que não vai ter resposta, pelo que eu ouvi aqui. Mas é bom para que a gente possa tomar providência.

A Prefeitura possui alguma linha, um Disque-Denúncia, para as ocorrências de denúncia de exploração sexual de criança e adolescente? Haveria algum projeto nesse sentido?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - O projeto existe. Agora, não está ainda em prática. Como eu falei no início, nós estamos começando agora. São diversos projetos que eu faço questão de mandar, Sra. Presidenta, aqui para a Comissão. São os projetos que o Município tem já em vista, e alguns aprovados, para que possa encaminhar e desencadear bom trabalho no Município de Vitória do Xingu.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem Fundo Municipal da Criança e do Adolescente? Existe esse Fundo na sua Prefeitura? Se existe, qual é o valor do Fundo e quais ações desenvolvidas por esse Fundo? Se existir, eu gostaria da documentação. Se não existir, já fica a sugestão para que o senhor venha acompanhar o que está sendo feito no Brasil inteiro.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Certo. Mandarei toda a documentação, Relatora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, existe o Fundo Municipal?
(Pausa.) Então, está.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Mais uma pergunta, Prefeito.

Os Municípios de Xingu e Altamira têm índice alto de exploração sexual de crianças e adolescentes. Torna visível e assustador. Faço uma pergunta: juntos



possuem alguma parceria para combater esse mal? Há uma intenção de proteger essas crianças?

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Há, sim. Existem vários projetos. Eu vou citar um que é conhecido no Brasil inteiro.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LUCIA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Não, existe um projeto... A Bíblia diz — me permitam usar aqui — que mente desocupada é morada do diabo. E nós estamos dando toda a atenção para as crianças, para que elas possam estar ocupadas em alguma coisa, como em cursos de informática — existem vários projetos em Vitória do Xingu —; o Zico 10, que é um projeto maravilhoso e está atendendo a mais de 1.600 crianças com o esporte. Existe a construção de diversas praças com academia ao ar livre, com professores ensinando as crianças. Então, são vários projetos, sim, que existem ali para prevenir esse tipo de situação.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Prefeito, a Bíblia também diz que aquele que pode fazer o bem e não faz, aquele que não denuncia, comete pecado.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Presidenta, se me permite, eu estou vendo mais questão de perseguição política do que uma situação de investigação na CPI.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não! Não! Não, Prefeito! Não! Não é isso, não! É porque aqui o senhor está tratando de assuntos de interesse público; não são assuntos religiosos. O senhor está explicando algo que aqui não é pertinente, acerca do que a Bíblia diz, por exemplo.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu vou acabar saindo da pauta, mas que Deus possa abençoar a Deputada e colocar na luz as situações verídicas...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu já sou abençoada. Não precisa o senhor se preocupar, não.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - ... do que é a palavra de Deus, que não é brincadeira. É coisa séria.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu respeito. Eu sou evangélica. Mas o senhor não veio aqui responder assuntos bíblicos nem religiosos. O senhor veio



prestar contas — entendeu? — do que o senhor tem a nos prestar, acerca do combate à exploração sexual lá no seu Município.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Eu pedi permissão à Presidenta para usar a palavra bíblica.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Pode.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Foi por isso que eu fiz.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - O senhor pode usar, mas dê respostas objetivas aqui; não religiosas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Relatora, a senhora tem mais...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha só, vamos sair dessa questão, por favor. Eu acho que o direito de expressão tem que ser respeitado. A gente luta pelo direito de expressão, não é? Nós temos que respeitá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - É que a nossa preocupação com criança é muito forte.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A preocupação com criança nossa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Se nós estamos com essa população muito violenta no Brasil — são 60 mil pessoas assassinadas por ano —, é porque essas crianças sofreram, um dia, violência dentro de casa, também, ou da sociedade.

Eu passo a palavra ao Delegado Cristiano Marcelo do Nascimento, por até 20 minutos.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exma. Sra. Presidenta, Deputada Erika Kokay, aqui representada pela Exma. Deputada Keiko Ota, e Exma. Sra. Relatora, Deputada Liliam Sá, por meio das quais cumprimento todos os Deputados e Deputadas presentes neste plenário e também cumprimento todos os civis e militares aqui presentes, eu gostaria de começar fazendo um breve relato dos fatos que foram presenciados por mim.

A determinação da operação partiu de mim. E eu creio que algumas perguntas, depois, feitas por V.Exas. poderão robustecer a questão da CPI e auxiliar o trabalho feito por V.Exas.



Na data de 13 de fevereiro, ou seja, quarta-feira de cinzas, já no período da noite, eu recebi a ligação do Delegado Rodrigo Spessato — era o delegado plantonista em Altamira —, informando sobre uma boate em que estaria acontecendo exploração sexual, cárcere privado, rufianismo e toda ordem de crimes dessa natureza.

Apesar de ser circunscrição de Vitória do Xingu, nós não trabalhamos com conflito positivo; quem recebe a demanda atende. Não importa onde. Nós somos policiais civis no Pará inteiro; não só em Altamira. De imediato, mandei uma equipe para lá, diminuta, é claro. A gente não vai falar em efetivo aqui. Os que lá estão, poucos que sejam, irão cumprir a missão.

Ele chegou lá através da denúncia da adolescente, e, no momento em que ela chegou e informou a localização, eu ainda fiquei em dúvida, mas, depois que ela falou que era dentro da vicinal do quilômetro 27, eu sabia que era a boate do Adão.

Imediatamente, eles se deslocaram para lá, eu informei ao chefe de operações, e, como era alguém conhecido nosso, eles se deslocaram para lá e imediatamente fizeram a prisão do gerente e do garçom — que, na verdade, era responsável também por encarcerar as adolescentes lá, inclusive essa menor.

E o que foi feito? O carro do Adão estava lá — ele fugiu. Foi feita a prisão. Recuperaram cinco... Três mulheres, a adolescente e a travesti. Eles levaram até a delegacia. Nós fizemos o procedimento em Altamira. Foi ventilado no dia seguinte que outras mulheres estariam no local, o que nos causou bastante estranheza. Como o Delegado Lindoval, que é da circunscrição de Vitória do Xingu, já se encontrava de plantão em Altamira, eu determinei que ele fosse até o local com uma equipe para verificar isso. Foi quando ele descobriu a outra boate. Teria sido erguida uma segunda boate no local. E foi através dessa que ele pegou o alvará concedido para a primeira boate, fez uma cópia colorida e a fixou na outra boate. Ele mesmo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere. Repita isso que o senhor falou. Como ele fez com o alvará?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Ele pegou o alvará que havia na Boate Xingu — o Adão, o proprietário —, fez uma cópia colorida desse alvará e, automaticamente, deu a licença para o outro estabelecimento. Entendeu? Ele mesmo...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que é isso?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nós descobrimos porque, quando me foi apresentado esse alvará, eu vi que tinha o mesmo número de série, o mesmo nome fantasia. Isso, na expedição de alvarás, é proibido. Não pode haver dois nomes fantasia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a data da expedição?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Se não me engano — não tenho certeza —, é final de 2012.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, estava vigente ainda.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Estava vigente. Agora ele fez uma cópia da outra. É outro ilícito. Já deveria responder também por falsificação de documento público, o que foi feito pela Polícia Civil também.

De posse disso, foram resgatadas mais 13 mulheres. Não havia nenhuma menor de idade, também não havia nenhuma travesti. Encaminhamos todas elas para a SEJUDH, através de um contato, para que passassem por atendimento social sobre a questão. E, em contato com a própria Ministra Maria do Rosário, que falou comigo, eu pedi, solicitei o apoio dela na questão do recambiamento dessas vítimas até seus Estados de origem, para minimizar ao máximo possível essa afronta, essa agressão que sofreram.

Nós temos um grande problema: as vítimas desse tipo de crime não se veem como vítimas. Precisamos dar um tratamento, falar com elas de tal forma que compreendam que são vítimas.

A Polícia Civil, atualmente, na administração atual, da qual eu faço parte como Superintendente, não por uma questão de governo, mas por uma questão de administração da própria Polícia Civil atual, preocupa-se com essa questão. Foi criada até a Divisão de Grupos Vulneráveis, a DAV, que reúne toda a DEAM, a Delegacia do Idoso. E virou Divisão. Antigamente era só uma delegacia. Eram a DATA, a DEAM, a Delegacia do Idoso, a Delegacia de Crimes Homofóbicos. Agora, não. É uma Divisão. Então, há essa preocupação por parte da administração. Infelizmente, nós não temos servidores com a capacidade e a característica de fazer um bom atendimento a pessoas, devido a preconceitos, quase sempre.



Eu sei que nós fizemos o máximo possível. E, em razão disso, “estartamos” uma operação em Altamira, na qual foram fechadas mais seis boates. É claro que não estavam nas condições em que estava a boate do Adão, tanto que não foi feito nenhum flagrante. Fechamos, quase sempre, por alguma questão administrativa. E, é claro, foi instaurado um procedimento criminal pela Delegacia da Mulher de Altamira. E agora eu sou o presidente dos processos administrativos apuratórios, para que essas casas sejam fechadas de forma definitiva.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixe-me fazer uma pergunta ao senhor: esse Sr. Adão financiou alguma campanha para Vereador ou Prefeito no Município de que o senhor saiba? O senhor já pediu que se investigasse isso? Já pediu que puxassem se há alguma?...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não, não investiguei, mas nada foi ventilado, dessa natureza, para que pudesse ser instaurado um procedimento criminal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bem. (*Pausa.*)

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Só um momento, porque eu me perdi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode continuar falando.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Eu me perdi mesmo, Sra. Relatora. (*Riso.*)

Bom, concluímos esses fechamentos por questões administrativas. Os processos administrativos apuratórios estão sob a minha presidência e serão concluídos agora, com o meu retorno a Altamira.

Também se ventilou um novo prostíbulo em Belo Monte, que seria essa vila de entrada para o Município de Vitória do Xingu. É a balsa que divide os Municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Como não tínhamos uma questão de investigação, seria muito difícil chegar e obter essa prova. Nós tivemos a sorte — e digo que foi sorte — de a adolescente ter escapado, ter fugido e ter feito essa denúncia. Infelizmente, não temos ainda bola de cristal.

Eu tinha um informante em Belo Monte, numa questão de tráfico, e, em razão de toda a mídia e de toda a situação, e tentando antever qualquer outro mal na questão de exploração sexual, solicitei que esse informante ficasse monitorando um



bar, o Savana Bar, lá em Belo Monte. Porque todas as vezes que o Delegado Lindoval foi lá, umas três vezes, nada encontrou. E ele me ligou também, à noite, falando “*Delegado, pode vir*”. Nós fomos lá. Eu determinei que uma equipe fosse lá, e foi feita a prisão da proprietária, também o resgate de quatro pessoas e de uma travesti, do local — de quatro mulheres e uma travesti.

Então, o que está sendo feito? Desde o momento em que nós tivemos conhecimento estamos atuando. A questão do Disque-Denúncia: chegam bastantes pelo Disque 100. Todas são investigadas. Infelizmente, há bastantes trotes. Há algumas questões: não bate o endereço, não batem as pessoas, mas todas são verificadas. Essa é a determinação na Regional como um todo.

A questão do alvará eu acho que é a questão de o Prefeito não ter conhecimento. É porque o alvará que lá estava era um alvará da polícia, era o alvará da DPA, a Divisão de Polícia Administrativa, responsável por alvarás no Brasil todo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso. Eu queria chegar até aí.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Essa é a situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Fui espremendo, espremendo, para chegar até aí, porque é essa a situação.

Dizem que há um policial envolvido, que vende esses alvarás. Eu gostaria de saber se o senhor já está investigando esse policial. Isso foi dado aqui para nós, e gostaríamos de saber do Prefeito, porque, na parte que cabe ao Prefeito, o Prefeito foi omissivo, nessa questão da fiscalização e dos alvarás dos estabelecimentos públicos. Mas nós temos aqui informações de que estaria sendo vendido por um policial. Esse policial é que faz tudo isso, que dá esses alvarás de abertura.

Eu gostaria de saber quais foram as providências que a polícia tomou em relação a isso.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Delegado, Relatora, é incrível que o Prefeito Erivando não tenha sabido informar esse detalhe, de onde vem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por isso é que eu fui espremendo, espremendo, até sair, para pegar o delegado aqui.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Ele desconhece absolutamente tudo o que ocorre no Município dele.



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É porque nós temos... Só um momento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não, delegado.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É porque nós temos, por exemplo, o alvará da polícia; nós temos o alvará da Prefeitura, que é expedido pela Secretaria de Finanças, a SEFIN, que é o alvará de funcionamento; nós temos o alvará da Vigilância Sanitária, caso haja a expedição de alimentos no local; e nós temos também, para eventos, casas de *show*, boates, o alvará da SEMMA, ou da DEMA, ou da SEMAT, que seria municipal, a Secretaria de Meio Ambiente municipal.

Infelizmente, esses órgãos, às vezes por falta de estrutura, não têm pessoal para fazer isso. E, como são tributos individuais, a expedição de um não obriga que haja a dos outros.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, eles não... Era isto o que eu gostaria de saber: por quanto tempo é válido? Quer dizer, se a polícia der o alvará de abertura, e a Prefeitura não der o alvará, isso não implica que o estabelecimento não seja aberto. Não é?

E por que eles vão pegar na polícia esse alvará? Qual é a diferença entre os alvarás, para podermos entender, da Prefeitura e da polícia?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Em razão desse tipo de situação, por exemplo, atualmente nós entramos numa parceria, entre todas as instituições, e estamos segurando o alvará se não houver o habite-se dos Bombeiros, também por causa daquela questão que ocorreu lá em Santa Catarina, na Boate Kiss, e também o da Prefeitura e da Vigilância Sanitária.

Infelizmente, a SEMAT ou a SEMMA ainda não...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não teria que ser tudo para um só? Pedir todos os documentos, para poder dar o alvará, que estivesse dentro das condições de higiene, que estivesse dentro do que é estabelecido pelo Corpo de Bombeiros.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Agora nós estamos fazendo assim. Só que, como eu falei, como o tributo é individual — arrecadação estadual, arrecadação municipal, arrecadação federal —, cada um quer puxar o seu,



praticamente. E, às vezes, o próprio servidor não tem condição de avaliar o espaço, o ambiente.

Nós vimos, em algumas casas para as quais foi liberado o alvará pelo investigador Barros, que faltou um pouco de conhecimento técnico do mesmo, para saber se aquilo ali poderia funcionar ou não como estabelecimento comercial.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o investigador não sabia? Se ele deu o alvará é porque ele sabia o que ia funcionar ali. E a polícia não fiscalizou por quê?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. Funciona da seguinte maneira: em Altamira nós temos um investigador só para isso, diferente de outros lugares, que não têm um específico para isso. Dos lugares por que já passei, no Estado do Pará, como delegado, esse é o primeiro local que tem um investigador só para isso.

Realmente ele recebe para tirar o alvará. É o valor pago pelo alvará, o tributo. Então, ele vende mesmo esse alvará, mas ele vende o produto do Governo, do Estado.

O que eu falei foi que ele foi a essa boate de Vitória do Xingu, que não era a circunscrição dele. Ele fez isso a pedido do Delegado Lindoval, para que fizesse os alvarás porque somente Altamira tem os papéis timbrados do Governo, que seriam esses alvarás numerados. Nos demais Municípios, por falta de conhecimento dos policiais que trabalham, quase sempre esse alvará é feito no Word. É um documento simples, e às vezes tem um carimbo da Polícia Civil. E lá, não. De Altamira, desde que eu assumi, todos os alvarás do Governo são timbrados.

E o Delegado Lindoval, que é o titular de Vitória de Xingu...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas que Governo? Da Prefeitura ou do Governo do Estado?

CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - O Governo do Estado do Pará.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Governo do Estado do Pará.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exatamente.

Ele solicitou, pediu que o investigador fizesse os alvarás de Vitória de Xingu. Há vários bares lá que possuem esses alvarás timbrados, dentre os quais o do Adão. Ele foi lá fazer a vistoria, porque também é paga a vistoria. É outro tributo. Ele



esteve no local, e o que ele me informou, na época, é que haveria o salão, haveria o bar, haveria uma varanda externa e haveria dois quartos, e que, segundo Adão, quem moraria lá seria a família do gerente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E não é verdade.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - E não é só isso. (*Riso.*)

Como é de madeira, conforme falou o Deputado Arnaldo Jordy, que esteve no local, ele construiu rapidamente. Ele construiu outra boate (*riso*) e bateu cópia. Mostrou má-fé.

E o investigador foi lá, na vistoria. Na vistoria prévia, a primeira, a do pagamento do tributo, porque depois não era mais competência dele, porque não é circunscrição de atuação dele. A fiscalização não dependia dele. E, como nós não tínhamos nenhuma denúncia sobre o fato, nem a própria Superintendência, que atua na circunscrição da Regional como um todo, teria conhecimento para ir até o local.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E esse investigador Barros teve alguma... Então, ele é inocente. Não é? Coitadinho.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Ele recebe os valores dos tributos. (*Risos.*) É o valor do tributo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Coitadinho, é tão inocente.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Expede-se o DAE, recebe-se e se expede a licença.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Meu Deus! É complicado.

Então, nessa venda de alvará para prostíbulo, ele está livre, ele não vai ser penalizado por nada.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A questão é que ele não deu um alvará para prostíbulo, ele deu um alvará para bar, para boate, para sucata, para lava a jato.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - E aí ninguém foi investigar? Nenhuma fiscalização bateu lá?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Ele só faz a vistoria prévia. Ele foi até o Município. Como eu falei aqui, ele não tem atuação em Vitória do Xingu.



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - E o senhor, como Superintendente Regional, fez o quê? Sabendo que é assim, que ele pediu para um meio e que, na realidade, o fim foi outro.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Descoberto, ele respondeu a processo. Hoje em dia está preso devido ao trabalho realizado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor falou no começo da sua fala — eu até anotei — que, quando aconteceu tudo, o senhor sabia que era do Adão.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Sim, como eu falei, o delegado...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, o senhor disse que já sabia.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Já, porque todos os alvarás... Ele repassa uma prestação de contas, que é encaminhada a mim, e depois nós encaminhamos para a Divisão, na Capital, lá em Belém.

O que aconteceu? Ele tirou o alvará. Quando o Delegado Lindoval solicitou que o investigador Barros, responsável pela DPA de Altamira, fizesse alguns alvarás com papel timbrado, do Estado, em Vitória do Xingu, eu permiti. E, entre esses que ele fez, ele informou: *“Tem uma boate no quilômetro 27”. “Vistoriou?” “Vistoriei. Só tinha dois quartos lá. Informou que ia ser para a residência do gerente. Me mostrou o gerente. Entrei no quarto. Tinha os pertences do gerente.”* Quando estourou toda a situação, foi questionado o investigador Barros pela própria Delegada-Geral-Adjunta, e ele informou: *“Delegada, deixa eu ir lá pelo menos, porque no dia em que eu cheguei tinha dois quartos. Se agora tem nove, e está com outros fins”...*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, o senhor solicitou... O senhor deu autorização, refazendo a fala, para o investigador Barros dar esse alvará, com o selo do Governo do Estado.

Esse selo do Governo do Estado pertence a qual Secretaria? À Secretaria de Administração? Ou é simplesmente um selo, um papel timbrado, que fica lá? O Governador tem consciência disso? Ele sabe disso? É normal dele?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Tem. Isso é da Polícia Civil do Estado do Pará.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É Polícia Civil.



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Existe uma Divisão de Polícia Administrativa. É o tributo. Eu creio que em todo Estado é assim...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, para pedir, vocês não entram com um processo. Para pedir. É só dizer assim: *“Eu quero abrir”*. *“Ah! Então, está bom.”* Carimbou, e vai embora.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É, o interessado informa: *“Olha, eu quero montar um bar em tal lugar, endereço tal, meu CPF é tal, meu documento é tal”*.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o CPF, se vocês são da polícia, o CPF... Hoje em dia a Polícia Civil tem um metodozinho: você pega assim, passa assim rapidinho, e sabe se a pessoa está pedida. Eu fui com a Polícia Rodoviária Federal a uma boate no Rio de Janeiro para fazer uma incursão. Na mesma hora, ele botou 69 homens no paredão, pegou a carteira de identidade e disse: *“Tá limpo, tá limpo.”*

E por que vocês não fizeram isso, se o Adão já tinha a ficha suja?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A questão nossa aí é devida ao quantitativo de servidores, que vem sendo... Porque o investigador só mexe com essa questão de DPA, justamente por uma questão de arrecadação, não é feita essa pesquisa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, se for um traficante perigoso, se for uma pessoa assassina, um pedófilo perigoso, vai lá pedir à Polícia Civil para abrir um negócio, é expedido esse alvará sem se ver se o cara é ficha limpa ou se é ficha suja. Então, qualquer um pode ser. Lá é um paraíso, hein? Lá está bom demais.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A questão não é só a ficha suja, Sra. Relatora. A pessoa, se estiver quite, por assim dizer, com a Justiça, ela tem todos os direitos de um cidadão.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Mas a Deputada está fazendo menção exatamente às suas palavras, quando você se reporta às palavras *“ficha suja”*. É uma consulta jurídica sobre se a pessoa responde a processo, sobre se a pessoa está sendo investigada...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Poderia pegar a consulta. Aí já tem, já fica lá. Está sendo investigada e já põe lá: *“Olha, vamos fazer, mas aí a gente tem que ficar de olho, porque o cara pode fazer daquele comércio um ponto de”...*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não. Que exploração! De drogas, para fazer até... para destilar a droga, e tudo. Aí está lá com uma coisa de fachada, e por trás funciona outra coisa.

Eu acho que é uma irresponsabilidade — desculpe-me —, uma irresponsabilidade, nesse sentido que o senhor está afirmando aí, que qualquer pessoa chega lá, que você não vê a ficha suja... O Adão já tinha a ficha suja e conseguiu um alvará ali. Pela polícia! Isso é uma coisa gravíssima. Venha convir. Eu não sei, o senhor é doutor de Direito, sabe disso. O senhor acha que isso é certo? Não há uma convivência?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Bom, se nós tivéssemos puxado, se tivéssemos conhecimento de que ele respondia pelos mesmos crimes em Rondônia, no Estado que colocou ele em liberdade — segundo depoimento dos mesmos, absolvidos no final —, e chegasse para tirar o alvará, nós poderíamos ter feito uma fiscalização, para saber se nessa nova boate ele iria cometer os mesmos crimes perpetrados no Estado de Rondônia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não fizemos porque não tivemos conhecimento. O investigador só me passou que tirou o alvará de uma boate no ramal do quilômetro 27.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Prefeito, pelo que o delegado está falando ali, não precisa de Prefeitura lá, não. A polícia lá manda. Não precisa o senhor se preocupar em fazer um órgão fiscalizador para expedir alvará, não. A polícia, o Governo do Estado dá. Entendeu? E não importa se o cara é ficha suja ou se não é, se aquele estabelecimento vai ter mesmo aquele devido fim, para o qual foi expedido o alvará.

Eu acho que isso aí tem que ser revisto. E esta Comissão tem que pedir esclarecimentos, sim, ao Governador. Ao Governador. Nós vamos pedir



esclarecimentos ao Governador sobre essa situação, porque há conivência, sim. Há conivência da polícia nesse sentido. A polícia está sendo usada. A polícia, de repente, coitada, nem está lá... Os policiais já ganham mal, já saem de casa para fazer seu trabalho, aquela coisa toda. Está sendo até... Estão sujando a imagem da polícia com uma coisa que poderia ser resolvida.

O senhor pode ir para casa, pendurar lá o seu diploma, porque não precisa de Prefeito, então, para fiscalizar nada, para fazer nada naquele lugar, se a polícia resolve tudo.

Eu creio que, nesse caso, que o senhor falou, que existe um alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, o alvará da SEMMA, o alvará da Polícia Civil, da SEFIN... E cadê o alvará da Prefeitura? Isso tudo teria que ser feito dentro do órgão da Prefeitura. Se vai fazer o do Governo do Estado, o Governo do Estado também tem que pedir a documentação séria, ter um órgão fiscalizador nesse sentido. Entendeu?

Então, o que eu vejo é o relaxamento da lei nesse sentido. Coisa muito grave! Isso é muito grave! Olha só, Sr. Delegado, o senhor há de convir que, do jeito que está, não pode continuar, ainda mais com esse montão de homens lá, mais de 20 mil homens que chegam. A própria empresa falou que eles ficam presos por 3 anos. Eles ficam lá 3 anos... Três meses, para ir para casa. Desculpe-me a minha fala: 3 anos. Três meses para ir para casa. Então, esses caras vão sair à procura de sexo. O senhor sabe, porque o senhor é homem, que muitos aí não conseguem nem ficar 1 semana longe de mulher.

Isso é uma coisa muito grave — e a Deputada Erika Kokay chegou agora —, a questão do alvará que é expedido pela polícia. Esse inspetor Barros, que vendia os alvarás, chega e dá o alvará. O delegado aqui afirmou que ele já sabia que era do Adão, quando aconteceu tudo. Quer dizer, é uma coisa muito grave porque eles pegam o carimbo do Governo do Estado, a polícia, para emitir os alvarás. E esse Adão já tinha a ficha suja. Quer dizer, um órgão fiscalizador, que é a Polícia Civil, não saber que o cara é ficha suja e dar um alvará? Liberar um alvará assim?

Então, nós queremos esclarecimentos do Governo do Estado em relação a isso, que é muito grave, que é muito sério.

Passo a palavra para a Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A primeira coisa: anteriormente, nós tínhamos falado da operação da Polícia Federal, mas, na verdade, não foi da Polícia Federal, foi da Polícia Civil. Acho que já está devidamente esclarecido.

A segunda coisa: a Polícia Civil é que concede os alvarás?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É. É essa a questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Prefeitura não concede alvará?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - O que aconteceu foi o seguinte: existe o alvará da Prefeitura, que é o alvará de funcionamento, que é expedido pela Secretaria de Finanças do Município; existe o alvará de Vigilância Sanitária, quando o estabelecimento comercializa gênero alimentício, que também é expedido pela Prefeitura. Nós temos o alvará da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para locais em que há propagação de som.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Explique aí o seu alvará, o que o senhor deu. Só esse.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - O alvará da polícia é o da DPA — Divisão de Polícia Administrativa. É uma divisão. Todo estabelecimento comercial — sucata, motel, bar, lava a jato —, todos têm que tirar o alvará da polícia. Os tributos são independentes. A pessoa chega: *“Esse ou essa está vendendo o alvará?”* Não. A pessoa chega lá, manda recolher o DAE, que é o Documento de Arrecadação Estadual. E ele trabalha só com isso, o investigador. Então, não há venda, lá, como se fosse uma corrupção ou coisa parecida.

Lá não era a circunscrição desse investigador, mas, como lá em Altamira, nós trabalhamos com os alvarás timbrados do Governo, da Divisão de Polícia Administrativa da Capital, o Delegado Lindoval pediu que esse investigador atuasse no Município de Vitória do Xingu, para que tudo fosse legalizado. Porque, na maioria do Estado, quase sempre são os policiais de cada circunscrição que emitem, às vezes, um documento do Word, dando esse suporte de alvará aos estabelecimentos comerciais.

Então, foi essa a situação. A questão foi que o Adão chegou e retirou. Não houve uma consulta, em termos de CPF, que poderia verificar que ele já respondeu



a um procedimento no Estado de Rondônia, do qual foi absolvido, mas que foi pelos mesmos crimes. E, mesmo que tivéssemos feito essa pesquisa e tivéssemos esse conhecimento, nós poderíamos ter expedido esse alvará. É claro que a fiscalização por parte de Vitória de Xingu, da Polícia Civil de Vitória do Xingu, deveria ser mais ativa, para que não caísse em reincidência na questão. Essa é a situação.

O que está sendo feito agora, a partir disso e por determinação minha? E não só minha, mas também da Diretora da Divisão de Polícia Administrativa. Que todos os alvarás tenham agora essa parceria com os demais órgãos. *“Olha, quer tirar o alvará da polícia? Tu já tens o habite-se dos Bombeiros?”* Também devido àquela questão que ocorreu em Santa Catarina, da Boate Kiss. *“E também da SEFIN, da Vigilância Sanitária?”*

Infelizmente, nós não temos uma estrutura da Secretaria de Meio Ambiente. Eu acho que nem da esfera estadual. E muito menos da esfera estadual. Por exemplo, em Altamira, que é um Município bem maior, com uma estrutura melhor, a SEMAT de lá não tem nem agente para que possamos fazer um trabalho sobre poluição sonora. As questões de poluição sonora são tratadas a nível de perturbação do sossego e da tranquilidade alheia, que é um TCO, é uma contravenção, não é um crime.

É isso. Essa é a situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero fazer uma... Gostaria que o senhor me dissesse se o senhor tem noção de quantos alvarás foram expedidos depois que foram instaladas essas grandes obras, a hidrelétrica... Gostaria que o senhor passasse essas informações para nós, para a CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o seguinte...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Presidenta, só para completar o pensamento da Deputada Liliam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, pois não.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - É rotina não investigar as pessoas que vão pleitear os alvarás ou foi uma exceção que vocês abriram para o Adão?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Acho que é a regra, quase sempre é a regra. Quando chega algum que nós já conhecemos, alguns policiais que moram em Altamira, que estão lá desde que nasceram e conhecem:



“Esse sujeito eu acho que é traficante. Vamos verificar”. Mas quase sempre nós aumentamos a fiscalização.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Então, vocês determinam assim, a olho nu. Olham, e se o rosto da pessoa for um rosto bacana, aí o senhor: *“A esse aí pode entregar”*. Agora, se o senhor olhar e de repente achar... *“Esse cara está”*... Como é a avaliação disso aí?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quanto custa um alvará para bar e restaurante? O senhor sabe?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Para bar, se for classe C, custa atualmente 34 reais e alguns centavos. Tem classe A, B e C; boate...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a A?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A classe A está 178 e alguns centavos. Alguns eu sei. Alguns são por período anual, como bar, boate; motel é bimestral. Cada estabelecimento tem uma tabela expedida pela própria Secretaria da Fazenda. Nós cumprimos só o valor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Do Estado.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me lhe dizer: pelo que eu entendi, o estabelecimento, para funcionar, tem que ter um conjunto de alvarás. Certo?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A partir de agora, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antigamente, ele podia funcionar com um dos alvarás.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Independente. Exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E só da polícia!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com qualquer alvará que tivesse, ele poderia funcionar?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - O certo seria que o Município, que os demais órgãos arrecadadores fizessem a fiscalização e cobrassem: *“Olha, não tem, não vai funcionar”*.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é o certo. Mas, então, funcionava errado?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funcionava o seguinte, Prefeito — é de responsabilidade do senhor isso... Você tem, pelo que o senhor falou, o alvará de meio ambiente, o alvará de Vigilância Sanitária, o alvará de fiscal e o alvará da polícia. Então, seriam quatro alvarás.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Em algumas situações, como casas de *show*, em que há concentração maior de pessoas, o habite-se do Corpo de Bombeiros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O habite-se do Corpo de Bombeiros. Mas, enfim, o habite-se do Corpo de Bombeiros deveria ter qualquer estabelecimento, a meu ver.

Mas, enfim, você tem quatro alvarás. O estabelecimento pode funcionar com apenas um deles, ou podia funcionar com apenas um deles. É isso?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Prefeito, o senhor, sabendo dessa história, nunca fez nada para mudar? Porque isso é uma determinação, é lei municipal. A concessão de alvará é de responsabilidade do Município. O senhor disse que o Município não tinha concedido nenhum alvará, mas o senhor deveria ter um nível de fiscalização, porque tanto o alvará de meio ambiente quanto o da Vigilância Sanitária são de responsabilidade da Prefeitura.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Presidenta, essa situação... Se hoje formos a Vitória do Xingu, vocês vão observar... Vou mandar toda a documentação, faço questão. Vou mandar todos os alvarás que o Município passou, desde Vigilância Sanitária, finanças, obra, ambiental. Isso foi um caso... Esse estabelecimento não tem nenhum desses alvarás. Nas demais situações existem os alvarás. Podem ir lá, a Vitória, a um bar, a um restaurante, porque existe alvará...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E não houve...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Porque está legal. Agora, essa situação aí não existe.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havia um estabelecimento funcionando com um único... O que eu estou dizendo ao senhor? O senhor permitia que no Município pelo qual o senhor é responsável maior, eleito pelo povo, houvesse instituições que funcionavam apenas com um dos alvarás. O senhor permitia isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deputada Erika, você tinha que escutar. Pergunte a ele, ao delegado. Porque ali há uma convivência. O alvará que é expedido, e a maioria vai direto na polícia e pega... Se você tiver um alvará só, você não precisa dos outros alvarás. Foi o que eu falei para ele, para ele ir para casa. Não precisa de Prefeitura, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que eu estou dizendo é que a Prefeitura permitia que isso acontecesse.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, isso. Há uma convivência entre eles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Permitia que acontecesse.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E tem uma responsabilização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque a Prefeitura pode...

Por quanto tempo funcionou dessa forma, com apenas um alvará? Se eu tenho um restaurante, não preciso do alvará da Vigilância Sanitária para funcionar? Se eu tenho um estabelecimento que provoca barulho, não preciso do meio ambiente para funcionar? Se eu tenho um estabelecimento que não tem estrutura para funcionar, não preciso de um alvará da Secretaria de Obras? Se eu tenho um estabelecimento que está burlando o Fisco, se eu tenho um estabelecimento que está provocando barulho e ferindo o meio ambiente, não preciso de alvará para funcionar. Ele pode continuar funcionando assim. Se eu tenho um estabelecimento comercial que serve alimentos, por exemplo, não preciso do alvará da Vigilância Sanitária.

Isso é um absurdo, Prefeito.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Presidenta, um alvará puxa o outro. Como que vai ser entregue um alvará de funcionamento por parte da polícia, se não existe o estabelecimento? Então, um puxa o outro. Primeiro vem o de obras, vem o Meio Ambiente para verificar a situação de obras, a Fazenda...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas no Município...

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Aí, o último é o alvará de funcionamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Município pelo qual o senhor é responsável maior, eleito pelo povo, havia um estabelecimento que funcionava, dentro da legalidade, de forma ilegal. Funcionava apenas com o alvará da Polícia Civil, sem se levar em consideração outros alvarás. Isso é uma irresponsabilidade de gestão.

Agora, isso funcionou a vida inteira assim. Sempre funcionou assim. É isso? E agora é que está mudando. Pode...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Em Altamira, como a nossa estrutura é maior, e o investigador é responsável por aquela circunscrição, quase todos os estabelecimentos — e também já há parceria com a Prefeitura de Altamira —, quase todos lá têm SEFIN, Vigilância Sanitária e o alvará da polícia. E para alguns, todas as casas de *show*, nós temos o habite-se dos Bombeiros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na verdade, o senhor é responsável por toda a região. Não é isso? O senhor é Superintendente da Polícia Civil ali naquela região. Não é?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Sou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o senhor é responsável por quantos Municípios?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Oito Municípios e nove unidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Oito Municípios e nove unidades.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Deputada, no Município de Xingu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas pessoas, quantos habitantes se concentram nesses Municípios?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Deixe-me ver. (*Pausa.*) Vai dar quase 500, eu acho. Quinhentos mil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quinhentos mil?



O fato de ter-se instalado uma obra desse porte ali provocou alguma mudança de comportamento ou alguma preocupação, alguma atitude da polícia?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Temos, sim. Era o que o Deputado Arnaldo Jordy estava falando, sobre a questão estatística. Aumentou bastante. Eu vou falar só da de tráfico de entorpecentes, por exemplo. Em 2011 — eu estou lá à frente desde janeiro de 2011 —, em todo o ano de 2011, nós tivemos 55 traficantes presos, e 5 quilos de cocaína. Já no ano de 2012 nós tivemos 176 traficantes presos, e 42 quilos de cocaína.

Ou seja, através disso aí já dá para notar que os demais também aumentaram bastante. O que há, à frente da...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De estupro, enfim, de crimes relacionados a crianças, atingindo crianças e adolescentes, o senhor tem registro?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nós temos registros, mas quase sempre o agressor é um parente, ou padrasto, ou o próprio pai. Não há...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas houve aumento dos casos de estupro, enfim, de violência sexual contra crianças e adolescentes?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Há um aumento, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Depois da instalação de Belo Monte?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Depois da instalação da obra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem dados?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Certos... Por exemplo, aumento quase sempre, em razão de as vítimas serem do sexo feminino. Nós temos aí a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Nós tivemos, por exemplo, só em 2011, crimes envolvendo portaria, que é o que compete à investigação, tivemos apenas 53. Já no ano de 2012 nós tivemos quase 180 procedimentos de portaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Crimes contra a mulher.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Contra a mulher. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cento e...



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Cento e oitenta e três, eu acho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E isso ensejou alguma mudança, alguma discussão, alguma coisa acerca disso? Sim, vocês constaram — é óbvio, têm os dados — que houve um aumento do número de crimes, inclusive de crimes que atentam contra os direitos, de violência sexual e tal, enfim. E o que foi feito a partir daí?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A grande questão é que nós temos aí um acordo de cooperação técnico-financeira entre o Governo do Estado e a Norte Energia, com o fim de equipar a segurança pública da Regional como um todo, orçado em 100 milhões de reais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cem milhões?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Cem milhões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em quanto tempo?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Podendo se estender até 172 milhões.

Foi criado um grupo de trabalho, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, para atuar aí nos investimentos que serão feitos na Regional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já foram feitos alguns investimentos?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Já. Já teve a questão dos equipamentos, a questão de viaturas, o helicóptero lá...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas viaturas, quanto de armamento, quanto de viatura e quanto de helicópteros?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A Polícia Civil... Os números da Polícia Civil são 14 viaturas, 3 motos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que foram concedidas pela Norte Engenharia.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Norte Energia, junto ao...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Norte Energia.



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É, nesse acordo de cooperação técnico-financeira entre o Governo e a Norte Energia, assinado em maio de 2011.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Catorze viaturas...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Catorze viaturas, três motocicletas e um helicóptero.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para a Superintendência da região. É isso?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É, aí foi para todos os Municípios, para os oito Municípios...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para o Estado.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não, não. Para os oito Municípios da região.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para os oito Municípios.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da região onde está localizada Belo Monte.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a distribuição dessas viaturas, dessas motos, como é que ficou? Quem é que decide sobre ela? A Secretaria de...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A Secretaria de Segurança Pública.

Cada Município recebeu uma viatura, e a sede, que é a Superintendência lá, ficou com quatro viaturas. Agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas só para tentar voltar aqui e entender a matéria que diz que houve um pagamento do alvará para um agente. Deixe-me ver o nome do agente aqui: agente Barros, inspetor Barros.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor conhece esse inspetor Barros?



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Investigador. Investigador Barros. Exato. É efetivo da Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. O senhor conhece ele.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Conheço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor disse que ele não comprou o alvará.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. A pessoa vai, tira com ele o DAE, paga o Documento de Arrecadação Estadual e retira esse alvará. Porque, como está sendo ventilado, é como se ele vendesse o alvará, ou embolsasse o dinheiro, ou coisa parecida. Não. Ele é...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor me desculpe. Não está sendo ventilado. Aqui houve uma denúncia, houve uma denúncia. Não está sendo ventilado. O senhor me desculpe, Delegado Cristiano. Houve uma denúncia de que seriam vendidos esses alvarás. E, no caso que aconteceu lá com o Sr. Adão, ele também comprou esse alvará. Ele não foi tirado, ele foi comprado. Por isso eu perguntei ao senhor se a polícia faz uma checagem de quem ela está concedendo o alvará. Porque você pode colocar lá um criminoso, para vender drogas, com o alvará da Polícia Civil pendurado na porta.

E eu gostaria de saber também do senhor como está o andamento do caso. O senhor tem acompanhado? As investigações foram concluídas? Nós temos aqui a informação de que os donos da boate estão foragidos. Isso é verdade? Estavam presos, e agora estão dizendo que eles estão foragidos.

Quantas pessoas vocês prenderam realmente? Aqui também foi denunciado que havia uma convivência da polícia nesse caso, porque muitos policiais frequentavam essa boate. O senhor mesmo disse aqui — foi a fala do senhor — que, quando aconteceu tudo, o senhor falou: *“Ih! Foi lá no Adão”*. Quer dizer que o senhor já sabia que ali funcionava um prostíbulo.

E os documentos dessas mulheres foram checados? A Polícia Civil tem agora como fazer isso. Aquela menina estava com um documento da irmã mais velha. Também foi visto aqui, na semana passada, que ela saiu da cidade dela com um documento da irmã mais velha. Quando vocês apreenderam essas mulheres, vocês checaram esses documentos, para saber se não existiam menores também



envolvidas, com documentos falsos, como existia essa, que a Conselheira acabou denunciando?

Aumentou o número de queixas de exploração sexual nessas delegacias com o início das obras da hidrelétrica?

É isso que nós queremos saber do senhor, porque essa questão aí do alvará é uma coisa muito séria. Queremos saber. A CPI vai querer esta documentação que pedimos aos senhores: sobre quantos alvarás foram expedidos depois da hidrelétrica; sobre o que vocês estão fazendo em relação a isso.

A responsabilização do Prefeito, nessa questão, é muito séria. Sr. Prefeito, eu sei que o senhor está há 4 meses no mandato, para cinco, mas o senhor tem que ter responsabilidade sobre aquilo que o senhor... O povo o elegeu, botou o senhor lá sentado.

Nós precisamos saber por que esse investigador Barros foi acusado de vender alvarás. Nós queremos saber isso tudo. O senhor é o delegado, só o senhor tem que passar essas informações para a CPI.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não sei se eu vou me lembrar de todas, Sra. Relatora, mas a senhora fez uma afirmação aí que é errônea.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual delas?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Eu não sabia que lá era o prostíbulo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, o senhor falou que sabia...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Eu sabia que lá era a boate do Adão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Do Adão. Mas (*riso*), se era a boate do Adão, e estava tudo fechado, e as mulheres ficavam confinadas, como é que o senhor não podia saber que era um prostíbulo?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - E outra coisa: se há minha convivência, então para que eu determinei a prisão de todo mundo?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não disse isso. Olha, eu não disse que há convivência do senhor, eu disse que esta CPI recebeu denúncias de convivência, porque existiam policiais que frequentavam a boate e faziam uso dos serviços que essa boate oferecia.



Não coloque palavras na minha boca, Sr. Delegado.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A senhora falou que eu sabia onde era o prostíbulo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor falou, e eu anotei a fala do senhor. Eu disse o que o senhor disse, quando... Olha aqui, está a fala do senhor aqui. Eu posso pedir à Taquigrafia para pegar a fala do senhor. O senhor disse assim... Quando foi denunciado, o senhor disse assim: *“Já sei. Foi lá do Seu Adão”*. E o senhor falou duas vezes isso para mim, aqui.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Boate do Adão. E repito novamente para a Taquigrafia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Delegado, o senhor sabia que ali funcionava uma boate. O senhor sabia, mas o senhor nunca desconfiou... E até fala com certa intimidade: *“Ah! É a boate do Adão”*.

E o senhor já frequentou essa boate? Já esteve lá?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. Eu estive lá após a questão da operação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas como é que o senhor, quando soube, disse: *“Ah! É a boate do Adão”*?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Porque o alvará, como eu lhe informei, que o IPC Barros tirou para o Delegado Lindoval... Ele me informou: *“Delegado, fiz um alvará de uma boate lá no quilômetro 27, do Adão”*. E eu tenho uma boa memória.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas no alvará estava escrito *“bar e restaurante”*. Não era boate.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. É Boate Xingu. O nome fantasia é Boate Xingu. O nome fantasia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Penso que a forma como o senhor se referiu denota uma certa intimidade, não é?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Ah, sim. Não, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o senhor não conhecia, nunca tinha ido lá?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não tinha notícias de como essa boate funcionava? Mas o senhor tem notícias de que pessoas da polícia frequentavam a boate?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não, também não tinha nenhuma informação sobre isso não. Nunca chegou para mim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não tinha informação nenhuma sobre a boate?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. De que isso estava ocorrendo lá, se estava tendo... Porque a circunscrição de atuação, como informei, é Vitória do Xingu. Apesar de eu ser Superintendente, essas questões de DPA, que são menores...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas o Superintendente é responsável, pelo que o senhor falava, por vários Municípios,...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...inclusive Vitória do Xingu, Altamira e tal, todos eles.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Pois é. Mas eu não posso estar em todos os lugares. Eu determino aos meus subordinados que façam um trabalho decente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas o senhor determinou alguma coisa? Não teve nenhuma fiscalização nessa boate? Enfim, o senhor sabia que era uma boate. A informação que nós temos é que foi um alvará de bar e restaurante, mas o senhor podia mandar uma cópia desse alvará que foi concedido pela polícia.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Pode ser feito, sim. Ele faz constar essas duas cópias no procedimento criminal, tanto que ele foi denunciado também por falsidade de documento público, porque é um documento público.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E eles estão foragidos?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não estão foragidos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estão presos mesmo.



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nós prendemos quatro: nós prendemos dois em flagrante; representamos pela prisão preventiva do Adão, da esposa dele, que é a Solide, e também pelos donos da boate em Santa Catarina. A gente foi até além da nossa circunscrição, justamente para sanar toda a quadrilha, desbaratar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Fez uma investigação mais profunda.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Fizemos. Pedimos a prisão preventiva; foi decretada a prisão preventiva do Moacir e da Claci, que é a dona da Boate Calipial. Aliás, essas adolescentes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa boate é em Santa Catarina?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É em Santa Catarina. Elas vieram de lá. Foi tipo como se fosse... Pelo depoimento prestado pelo Adão, ainda na polícia, foi como se fosse uma permuta entre as boates: *“Olha, você vai trabalhar aqui. Agora vocês vão trabalhar lá em Altamira”*. Sempre falam em Altamira, mas é...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É tráfico interno, não é? É um tráfico interno, não é?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Tráfico interno. Foram denunciados pelo 231-A do Código Penal.

“Agora vocês vão trabalhar lá”. Só que falaram para elas o seguinte: *“Olha, vocês vão ganhar 14 mil por semana”*. Ah, na hora! Chegaram lá, viram as condições precárias. O Deputado foi bem claro aí na questão do quarto. Era um cubículo, não tinha janela. Lá não tem energia; é um motor, e 3 horas da madrugada ele desligava. Ou seja, terminava o expediente da boate, ele desligava o motor. Imagina o calor! Aqui o clima é bem ameno, mas, no Estado do Pará...

É por isso que, depois, o procedimento foi federalizado. A Procuradora da República lá, a Dra. Thais, acompanhou também os promotores do Ministério Público Estadual. E foi incluída a condição análoga à de escravo, e isso é um crime federal. Por isso o Juiz da 5ª Vara de Altamira, que também responde lá por Vitória



do Xingu, uma vez que não tem comarca nem termo lá em Vitória do Xingu, encaminhou para a Justiça Federal de Altamira.

Hoje em dia, tudo corre com a Justiça Federal. Inclusive as escutas que foram pedidas pela Polícia Civil... a gente já está transferindo todas as transcrições para a Polícia Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas pessoas estavam lá?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Aonde, senhora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em situação de cárcere?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nos depoimentos colhidos, apenas a travesti, três mulheres e a adolescente.

As demais lá, como eu expliquei no começo — eu não sei se a senhora já tinha saído ou não, Sra. Presidente —, não se veem como vítimas. A gente tem que fazer um tratamento e também muita conversa para poder extrair isso, para ela poder denunciar o explorador, porque ela fala: *“Não, a gente era bem tratada. Eu não dava dinheiro nenhum”*. Aí você vai trabalhando essa pessoa até que ela fala: *“Não, olha, pela chave do quarto eu pagava 40 reais, e o cliente acertava com ele”*. Pronto, é suficiente para mim. Já achei materialidade suficiente para poder fazer o procedimento. *“Ah, e se o cliente quisesse levar a gente para fora da boate, tinha que pagar 50 reais para ele”*. Então, mais outra materialidade. E assim a gente foi construindo todos os artigos aí. E até determinamos que a Delegada Thalita, que já fez curso de tráfico humano, é a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, também participasse das investigações, para ajudar o Delegado Lindoval. Aí hoje eu não sei como está.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse fato originou que mudanças de procedimento? A questão do alvará, que me parece que já está diferenciado...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - A questão do alvará a gente apertou um pouco mais na questão em Altamira, porque já era cobrado assim, mas o próprio Corpo de Bombeiros...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já era cobrado o quê? Os alvarás?



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Os alvarás, mas porque havia uma parceria da Prefeitura lá. A própria Secretaria de Finanças... O ano fiscal começa no dia 5 de janeiro. A própria Secretaria de Finanças de Altamira chegava para a gente e falava: *“Delegado, é o seguinte, vamos fazer a operação só em fevereiro, porque a nossa tabela ainda não saiu”*. Eu falei: *“Está bom, a gente aguarda”*. Aí a gente fazia a operação tudo junto. *“Ah, não tem o da vigilância sanitária? Fecha. Não tem o da polícia? Fecha. Não tem esse aqui? Fecha”*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E esse procedimento em Vitória do Xingu é diferente?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - É diferente, porque nós não...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havia essa parceira com a Prefeitura?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nós não temos... Nós não temos um investigador, uma pessoa, ou um administrativo, ou um delegado, um funcionário da Polícia Civil que mexa só com isso em Vitória do Xingu. Em Vitória do Xingu tem o delegado e dois investigadores. Nem escrivão a gente tem. É uma moça cedida pela Prefeitura que faz as vezes de escrivã *ad hoc*, e alguns casos mais graves são conduzidos para Altamira, porque, apesar de a estrutura também não ser boa, de recursos humanos, mas ainda é bem melhor do que a de Vitória do Xingu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então o senhor acha que, no que diz respeito à parceria com a Prefeitura, há uma diferença entre Altamira e Vitória do Xingu. O senhor acha que não teria tanto interesse nesta parceria da Prefeitura de Vitória do Xingu?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Acho que talvez seja a questão de conhecimento ou de recursos humanos para atuar nisso aí. Eu não sei qual é a estrutura da Prefeitura de Vitória do Xingu. Eu sei o que acontece em Altamira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De toda sorte, há um procedimento diferente na concessão de alvarás. Depois do fato da descoberta dessa boate, dessa intervenção da Polícia Civil, houve alguma mudança?



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Houve. Em reunião com os demais delegados da regional, eu repassei maior cúria, maior atenção nessas situações... E tentar se aproximar das Prefeituras, para que não recaia, depois, como está acontecendo aqui — eu até entendo essa questão —, não recaia somente sobre a polícia, porque é uma questão atípica. Nós somos técnicos. Nós trabalhamos em crimes, mas, infelizmente — infelizmente não, é a arrecadação do Estado —, nós temos a divisão de polícia administrativa, que é totalmente fora do nosso *métier*. E, às vezes, são pessoas que são colocadas lá, como o investigador Barros, e que não têm conhecimento, não receberam treinamento. Tanto que depois disso eu o encaminhei... fiz um ofício à Diretora da DPA, na capital, para que ele fosse submetido a um curso de capacitação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele quem?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - O investigador Barros. Ele foi, ficou 1 mês lá, se encontra... Acho que deve ter chegado agora para trabalhar, na segunda-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Além dessa recomendação... O senhor disse que fez recomendações. O senhor não acha que o caso é grave o suficiente para ir além das recomendações?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Nós temos também questões de investigação. Por exemplo, as seis casas que foram fechadas de imediato em Altamira, logo depois do caso, foram...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foram fechadas por insuficiência de alvará?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Foram fechadas em razão disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Constataram-se ali casos de exploração sexual?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Foi feito um procedimento criminal. No momento nós não tivemos nenhum flagrante, porque é difícil. É um procedimento difícil. Foi o que eu falei aqui. Nós tivemos a sorte, por assim dizer, de a adolescente ter conseguido fugir e ter feito essa denúncia. Nos outros, como a gente sabia que poderia ocorrer ou não, a gente fez uma operação, e



aí quem não tinha o alvará, ou do Bombeiro, ou do... Algumas poucas a gente fez esse fechamento. Agora, eu sou Presidente do Processo Administrativo Apuratório e já está na fase conclusiva de relatoria. Todas serão cassadas, porque o inquérito criminal foi favorável ao indiciamento de todos os proprietários, quer seja por rufianismo ou casa de prostituição. Já o tráfico, que é mais complicado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dos seis bordéis, dos seis estabelecimentos...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Cinco foram fechados...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cinco foram fechados...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Um tinha condições de boate mesmo, não foi vislumbrado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cinco em Altamira?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Em Altamira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E um em Vitória do Xingu, que foi esse?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Teve outro em Vitória do Xingu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foram dois... Quantos foram? Diga-me.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Dois em Vitória do Xingu e cinco em Altamira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque, pelas notícias que nós tivemos, ali funcionava um estabelecimento, e passou a ter, depois de Belo Monte, sete estabelecimentos. Desses sete, os sete foram fechados, e caracteriza rufianismo.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Os de Altamira foram fechados por questões... No momento, foi cassado em razão de pendências administrativas, uma vez que a gente não vislumbrou o flagrante. Depois, no inquérito, a gente conseguiu fazer o indiciamento por rufianismo,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Caracterizar como rufianismo.



O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - ...casa de prostituição. E o outro que teve em Vitória foi devido a uma investigação em um bar, e o Delegado Lindoval, segundo ele, esteve lá duas vezes sem sucesso. Aí eu coloquei um informante lá que passou a indicação certa. Nós fomos até lá e conseguimos prender a proprietária também por rufianismo, prostituição. Ela ficou presa, eu creio, por uns 5 dias e depois foi liberada para responder ao processo em liberdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Liliam quer fazer alguma...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu só quero fazer uma questão ao delegado. Eu tenho que ser incisiva nas minhas colocações, porque eu tenho um relatório a ser feito e preciso de esclarecimentos na questão que eu falei, de que a polícia foi conivente, porque disseram até que teve delegado que participou da inauguração da casa do Adão. Isso está aqui nos autos. Então, o senhor está aqui para esclarecer, entendeu? Nada contra a sua pessoa. O senhor está aqui para esclarecer, para que a gente possa traçar uma linha de investigação e tomar as devidas providências e ver de quem é a culpa em relação a tudo o que está acontecendo.

Nós pedimos ao Prefeito que envie para a gente o que ele está fazendo na questão da criança e do adolescente, se existe o Fundo Municipal. Ele disse que existe. Então, nós queremos saber de quanto é e como está sendo aplicado, se está sendo aplicado na questão da criança e do adolescente, para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e outras coisas.

Quanto à Polícia Civil, no sentido dessa questão do alvará, que eu acho uma coisa muito negativa em relação a isso, eu acho que não se pode simplesmente ter só um símbolo do Governo do Estado e passar um alvará. A coisa tem que ser mais profunda, tem que se ter cuidado, principalmente em se tratando de polícia. A Polícia Civil tem uma história, é uma polícia respeitada. Não quero dizer que as outras não são, mas também é uma polícia respeitada. O que nós queremos do senhor é isto: que o senhor envie para esta CPI os últimos alvarás que foram expedidos depois da hidrelétrica que foi para lá...

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Qual é o Município, Relatora?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Onde está a hidrelétrica, onde estão as grandes obras. Quero que o senhor passe para a gente. E também nós queremos, nesse sentido, o comprometimento do Prefeito, uma relação desses alvarás e que haja uma conversa com o Governo do Estado. Vamos ao Governador do Estado, que também tem que prestar esclarecimentos à CPI em relação a isso. Como é que vai fazendo assim? Vai deixando só porque tem carimbo, e vai dando, vai dando? Qual é a responsabilidade dele? Ele falou que só tem uma viatura. Nós queremos saber o porquê. Agora, 20 mil homens trabalhando num local desse, as nossas crianças em situação de vulnerabilidade, o senhor sabe disso, pobreza, os homens ali indo de 3 em 3 meses para casa... As nossas crianças estão em situação de vulnerabilidade, e nós queremos o comprometimento e queremos que vocês sejam parceiros para que a gente possa corrigir o que está errado, pelo menos dar uma solução. Não é, Erika?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Keiko.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Presidente Erika, parabéns por esse trabalho. Acho que esta CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é de extrema importância. Parabenizo também a Relatora. É o que ela disse. Nós queremos somar, porque das crianças nós temos que cuidar. Se nós não protegermos as nossas crianças, isso é garantir uma sociedade mais violenta. Então nós temos que protegê-las.

Sr. Delegado e Sr. Prefeito, a sociedade brasileira clama pela redução da maioria penal. Mas é uma maneira simples de ela expressar indignação. Ela não quer punir as crianças, mas quer uma solução imediata.

E por que estou dizendo isso? Se nós não reprimirmos esses adultos violentos que aliciam, exploram, usam as crianças de forma indevida, como foram citados aqui o Adão e o Barros, nós estaremos permitindo que a nossa sociedade fique mais violenta. Essas crianças que hoje estão aí, esses homens que estão estampados nos jornais são aquelas crianças que sofreram, que viram violência e que não protegemos.

Então, é uma responsabilidade muito grande. Por isso eu digo, Erika: nesta CPI nós temos que ir a fundo, porque não podemos permitir que as nossas crianças sejam usadas e abusadas, senão nós vamos ter uma sociedade mais violenta.



Quero que vocês compreendam a nossa posição, que é só de somar, para que tudo dê certo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Relatora, quer fazer mais algum questionamento?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria saber se o Prefeito quer fazer uso da palavra.

O SR. ERIVANDO OLIVEIRA AMARAL - Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Quero passar a todos da CPI que o Município está à disposição. Queremos somar com a CPI. Parabênico pelos trabalhos. Podem contar com Vitória do Xingu, com o Município. Mesmo em pouco tempo de mandato, nessa gestão, de fato, sob minha responsabilidade, nós queremos somar, para impedir esse tipo de situação.

Só, mais uma vez, quero dizer — saí um pouco para dar uma entrevista — que se confirmou, ou pelo menos se deixou certo, que o Município não fez nenhum repasse, nenhum documento de alvará, de licença de obra, de construção, de meio ambiente, de finanças, muito menos de vigilância sanitária. Ou seja, resumindo, não houve um alvará no Município de Vitória do Xingu. E deveria, pelo menos... Eu não ouvi o que o doutor falou, o delegado, mas um alvará deve vir após outro. Como a polícia vai conceder um alvará a um estabelecimento se não tem nada da Prefeitura? Se a Prefeitura não deu nada, não permitiu nada? Então, por que chegou esse alvará?

Mas aqui a intenção não é de... São umas críticas... Não são voltadas para a questão de... Mas que nós possamos nos inteirar mais das situações que estão acontecendo. Hoje é Vitória do Xingu, amanhã pode ser outro Município, enfim.

Mas o Município está à disposição, Presidenta, Relatora, membros da CPI, para que nós possamos erradicar essa situação em toda a região e neste País.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Delegado Cristiano.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Quero agradecer o convite. Espero ter ajudado, para que vocês possam concluir com êxito total.



Eu também tenho o mesmo parecer da nobre Deputada, tanto que, quando soube, não medi esforços. E o nosso inquérito está muito bem elaborado, tanto que foi recepcionado até pela Procuradoria da República.

Quanto a denúncias, eu espero que todas sejam apuradas. A nossa Corregedoria é também uma Corregedoria forte. Eu não compactuo com nenhum tipo de situação ilícita na polícia. Já tive policiais presos durante minha gestão; não passei a mão na cabeça de nenhum nem vou passar. Nos anos que eu tenho de polícia, eu nunca respondi a nada na Corregedoria, não porque sejam meus amigos, sejam meus conhecidos, mas porque eu sempre mostrei índole na minha profissão, para que nunca recaísse sobre mim nenhuma atitude ilícita.

As denúncias que chegaram... Eu sei que, às vezes, as pessoas falam... Às vezes, querem falar “a” e falam “b”. Na questão da venda de alvarás — ainda volto a isso —, o servidor fez a função dele, vendeu os DAEs, vendeu os alvarás, mas era a troco do tributo estadual. Se não fez dessa forma, que seja encontrada essa falha e que ele responda por isso.

A gente vai fazer de tudo, não só a Superintendência Regional do Xingu, mas a administração da polícia como um todo, para que fatos dessa natureza não voltem a acontecer e que melhorias, principalmente na questão dos alvarás, sejam refeitas, como a gente está fazendo em Altamira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer ao Prefeito Erivando Oliveira Amaral e ao Delegado Cristiano Marcelo do Nascimento. Quero dizer-lhe, Prefeito, que o fato de o senhor não ter emitido o alvará não isenta a Prefeitura da responsabilidade pelo que aconteceu naquele estabelecimento, até porque o senhor não emitiu nenhum alvará para o funcionamento daquele estabelecimento e o senhor nunca fez nenhum tipo de investigação ou de fiscalização do que estava acontecendo ali. O fato de o senhor não ter emitido o alvará não o isenta da responsabilidade de, no seu Município, estar funcionando uma instituição com cárcere privado — aqui foi explicitado, mas nós já colhemos depoimentos em outras ocasiões — e com exploração sexual de adolescentes no processo de permuta. Adolescentes foram aliciadas no Sul do País, indicando uma



rota de tráfico interno, sem nenhuma dúvida, e que foi ignorada pela Prefeitura e pelo Estado, pelo Município, no que diz respeito ao seu funcionamento.

Então, nós vamos aqui discutir a questão dos alvarás, para que nós possamos ter um regramento que seja de todo o País, particularmente nos Municípios. Os Municípios que abrigam essas obras e que têm esse nível de impacto no seu dia a dia, no seu cotidiano, precisam ter planos de prevenção e de enfrentamento à violação de direitos, particularmente de crianças e adolescentes. Eles precisam ter planos e medidas especiais, porque qualquer um sabe que um Município de 13 mil habitantes que abriga mais 20 mil pessoas, que tem, de repente, 20 mil pessoas abrigadas ali... É óbvio que isso vai ter um recrudescimento.

Os dados não negam o que aqui foi dito. Em 2011, 55 traficantes; em 2012, 175. Em 2011, 53 atendimentos a mulheres vítimas de violência; em 2012, 183 mulheres vítimas de violência! Isso é óbvio. Se você tem os dados, e esses dados não são pensados, se não se reflete sobre eles, e eles não originam ações que possam superar ou reverter essa realidade, são dados que ficam no sadismo. É sadismo puro. É sadismo puro, porque o Estado conhece os dados, mas não trabalha na perspectiva de proteger os seus habitantes.

Portanto, com esses esclarecimentos nós vamos trabalhar com a perspectiva da construção de marcos legais que protejam a criança e o adolescente, particularmente... Olhe, aqui se diz: *“Fizemos investimentos de 100 milhões da Norte Energia. Então: 14 viaturas, 3 motos, um helicóptero”*. Mas e a capacitação? E a discussão com a comunidade? E o nível de disseminação de todo o processo, do risco que essas crianças e os habitantes em geral passam a sofrer? Dos segmentos que são mais “minorizados”, como as mulheres? Nós não somos minoria, mas nós somos “minorizadas” por uma lógica sexista que construiu a história deste País.

Por tudo isso, é preciso que nós tenhamos medidas especiais para situações que são situações de ruptura com o cotidiano, com a cultura, muitas vezes, com a significação e os valores de uma determinada comunidade.

Então, com essas palavras e agradecendo a participação da Deputada Keiko Ota; da nossa Relatora, Deputada Liliam Sá; de todos os Deputados e Deputadas que estiveram aqui nesta audiência pública, eu a declaro encerrada.